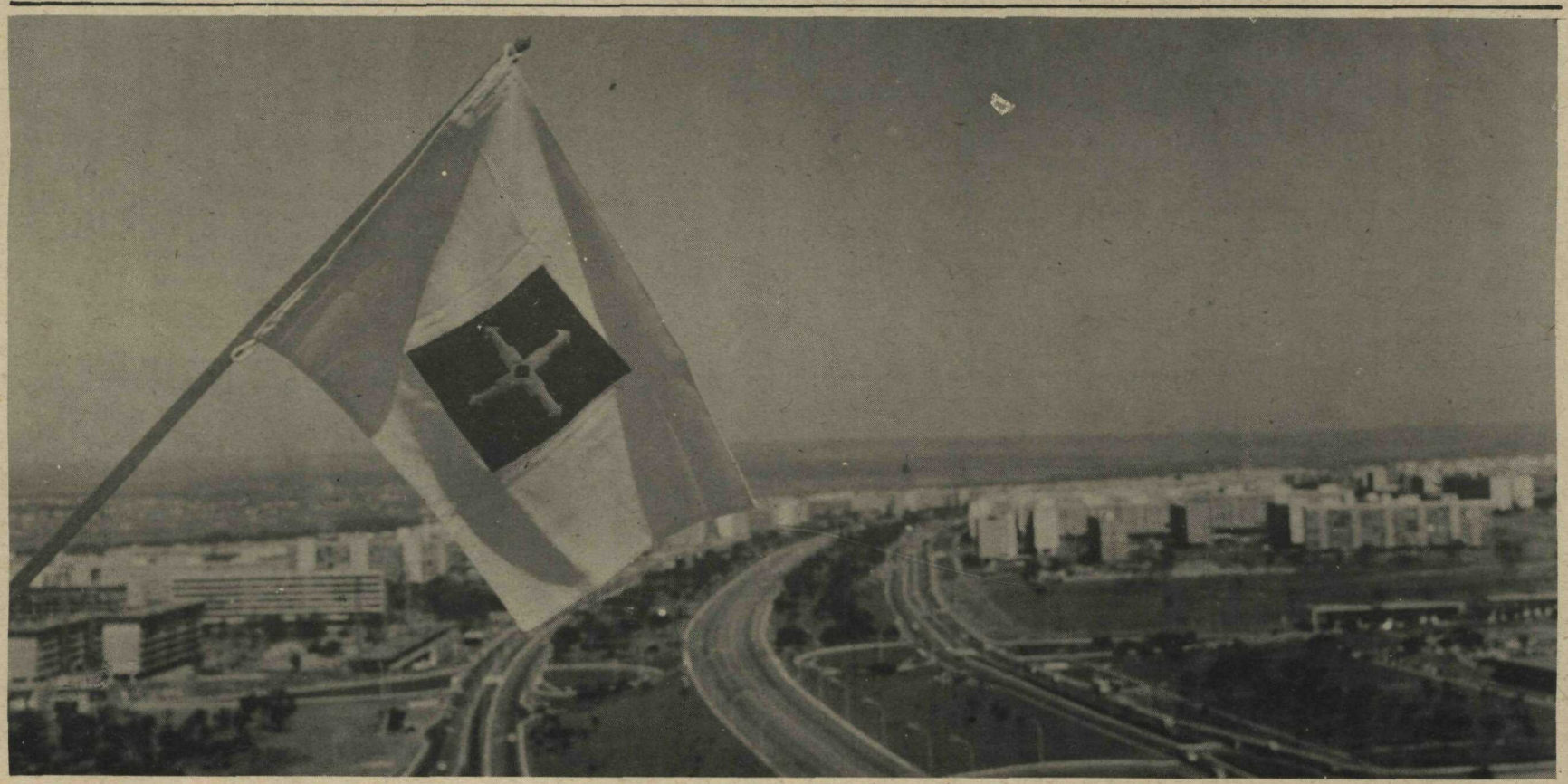
Distrito Federal

Orgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal.

Brasília, terça-feira, 15 de julho de 1969 — Ano II - No. 03



ÚLTIMO TRABALHO DO "PRÍNCIPE DOS POETAS BRASILEIROS" - A nova Bandeira do Distrito Federal foi o último trabalho de Guilherme de Almeida. Com fundo branco, sôbre o qual surge um quadrado verde com a cruz dos ventos, em amarelo, o nôvo pavilhão de Brasília será oficializado pelo Prefeito Wadjô da Costa Gomide, no Dia da Independência, durante as solenidades de inauguração do Palácio do Buriti. Seu idealizador faleceu sábado último, em São Paulo, aos 77 anos. Há três meses sofria de grave enfermidade e se achava sob intenso tratamento. Seu corpo foi velado na Academia Paulista de Letras, de onde saiu o féretro, com grande acompanhamento, para o Cemitério do Araçá. Guilherme de Almeida, o "Príncipe dos Poetas Brasileiros", prestou inestimáveis serviços a Brasília, Cidade a que estêve ligado desde o dia de sua inauguração. Executou o nosso Brasão de Armas e compôs o poema "Prece Natalícia a Brasília". Ao ter notícia do passamento do ilustre homem de letras,

o Prefeito Wadjô Gomide decretou luto oficial



POSSE DE DIRETOR DO BRB - Em ato realizado no gabinente do Presidente do Banco Regional de Brasília, Sr. Paulo Limírio Malheiros, foi empossado no cargo de Diretor daquele estabelecimento de crédito o Sr. Antônio Ramos Machado, economista e professor. Estiveram presentes, entre outras autoridades e pessoas de destaque nos meios empresariais, comerciais e sociais da Capital, os Srs. Dr. José de Campos Amaral, representando o Prefeito Wadjô da Costa Gomide; Coronel Jurandyr Palma Cabral, Secretário de Segurança Pública, Sr. Ronald Barcellos Silva, Secretário de Administração; jornalistas, funcionários do BRB e outros convidados especiais - Na foto, o Dr. Paulo Limírio Malheiros à direita), cumprimenta o Sr. Antônio Ramos Machado, após dar-lhe posse. Ao centro, o Dr. José de Campos Amaral



HOMENAGEM AO DR. JÚLIO QUIRINO - Significativa homenagem foi prestada ao Dr. Júlio Quirino da Costa, Secretário de Agricultura e Produção do Distrito Federal, a quem amigos e admiradores ofereceram um coquetel, na tarde de quinta-feira, e um jantar à noite daquele mesmo dia, por motivo de transcurso do natalício do ilustre homem público. Personalidades dos meios sociais de Brasília, incluindo diversas autoridades, foram levar um abraço ao Dr. Júlio Quirino da Costa, dedicado colaborador direto do Prefeito Wadio Gomide na execução do dinâmico plano administrativo do Chefe do Executivo da Capital Federal. - A foto, colhida quando o homenageado discursava, agradecendo, mostra o Dr. Júlio Quirino ladeado por sua espôsa e pelos Secretários Ronald Barcellos Silva, da Administração, e Joffre Mozart Parada, dos Serviços Sociais

O servidor dos Quadros de Pessoal do Distrito Federal que se ausentar do serviço por 30 dias consecutivos será passível de demissão, por abandono de cargo, de acôrdo com o artigo 207, parágrafo 1o, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei no. 1711/52).

DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, editado pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - Coordenação de Racionalização e Produtividade - Divisão de Documentação. Diretor Responsável: J. P. Batista - Redação e Administração: Setor Bancário Sul - Ed. Brasília 10o. andar, Telefone: 43-7191. Composição e impressão: Oficinas do "Correio Braziliense" Setor de Indústrias Gráficas, Telefones: 43.44 55 43.40 45 Assinatura anual: NCr$30,00. Brasília, Distrito Federal.

NOTA OFICIAL DO 1º HDB

Não transportava NCr$ 100.000,00 mas, tão sòmente, NCr$ 17.000,00 o chamado "Morte dos Milhões", objeto de intensa divulgação por parte da Imprensa, na semana passada.

A respeito, o Serviço de Relações Públicas do 1o. HDB, através de seu titular, Sr. Roberto Gomes dos Santos, distribuiu a seguinte nota oficial:

"Este Serviço de Relações Públicas esclarece, a bem da verdade e, para evitar suspeitas injustificadas, que os valores encontrados em poder do Sr. Vicente Marino, que deu entrada neste PS, já sem vida (e que foi identificado graças aos trabalhos dêste SRP), somam pouco mais de NCr$ .... 17.000,00, sendo NCr$ 67,00 em dinheiro e o restante em cheques e não a importância que foi divulgada, de mais de NCr$ 100.000,00, encontrando-se à disposição, a relação dos bens levantados pelo Chefe do Pronto Socorro, seu Chefe de Equipe e autoridade policial".



JANTAR AO DR. JULIO QUIRINO - O Secretário de Agricultura e Produção, Dr. Júlio Quirino da Costa, e Senhora foram homenageados no Solar dos Estados com um jantar, acontecimento social de que a foto mostra um aspecto parcial, vendo-se o casal homenageado, ao centro, ladeado pelos casais Dr. Wilson Júlio de Miranda, Dr. Wilson Eliseu Sesana e Dr. José de Campos Amaral

TELEFONES: DEZOITO MIL SERÃO ATENDIDOS

A partir de ontem, os portadores de inscrições para telefone de número 1 a 18 mil, poderão comparecer à loja de atendimento ao público da COTELB, localizada à Av. W/3 Q. 508.

Deverão se apresentar munidos da papeleta de inscrição, documento de identidade, contrato de locação, ou escritura de compra, ou cessão de direitos e documentos comprobatórios da firma (no caso de pessoa jurídica).

Não será necessário o comparecimento dos que pretendem telefones nas seguintes áreas: Cidades-Satélites, Asa Norte, Acampamentos, Cruzeiro, Setor de Indústria e Quadras do Lago.

ESTAÇÃO RODOVIÁRIA TERÁ MELHORAMENTOS

Foram iniciados os trabalhos para a instalação dos 140 metros finais do baldrame de proteção na Estação Rodoviária de Brasília, constante determinação do Superintendente daquele logradouro público Sr. Marco Antônio de Moraes, em decorrência do resultado final da concorrência pública levada a efeito com aquela finalidade.

Orçamento em NCr$..... 13.200,00, as obras incluem a recuperação e pintura da parte já instalada.

MELHORAMENTOS

Segundo o Sr. Marco Antônio de Moraes, duas novas medidas serão tomadas brevemente, para um melhor atendimento dos usuários do logradouro. A primeira diz respeito à colocação de novas placas indicadoras que serão afixadas no boxes de partida de cada linha de ônibus, para permitir aos usuários uma rápida orientação. As novas placas serão de acrílico, com letras bem destacadas em fundo luminoso.

A segunda providência se refere ao recapeamento asfáltico da plataforma superior, incluindo as pistas de rolamento e estacionamento de táxis e carros particulares. As obras que provàvelmente serão iniciadas ainda êste mês, estão a cargo do DVO da Novacap e poderão resolver, de vez, o problema de infiltração no período das chuvas, já que será usado asfalto impermeabilizante.

FHDF: SERVIDORES PRESTARÃO PROVAS

Serão realizadas a partir do próximo dia 20 as provas de reclassificação e acesso para servidores da Fundação Hospitalar do DF, integrandas carreiras de auxiliar de de administração, escritório e assistente de administração.

De acôrdo com o calendário as provas serão realizadas dentro do seguinte esquema: Dia 20, às 8 horas no Colègio Marista - Matemática; dia 27, no mesmo horário e local - Portugues, Legislação Trabalhista e Regimento Interno da FHDF. No dia 10 de agôsto às 8 horas, na Seção de Seleção e Aperfeiçoamento, será a vez da prova de Datilografia

POEMA DE BRASÍLIA

(Olympiades Guimarães Correa)

Eu vi Brasília nascer!
Dizia o velho alquebrado pelo tempo,
Acariciando os cabelos de uma menina,
Menina de um ano apenas...

Eu vi Brasília crescer!
Nove anos são passados,
Cheios de lutas e sacrifícios,
Pioneirismo misturado com têmpera de aço...

Quando Brasília nasceu,
Existiam apenas matas com arvores retorcidas,
Muita poeira na época da sêca
E muita lama na das chuvas...

Então Brasília nasceu,
As casas eram rusticas,
Simples casas de madeira
Ela foi visitada por homens impregnados de fé
E por bandos e bandos de candangos...

Hoje muitos desses homens já se foram,
Permanecendo Brasília viva e altaneira,
Menina alegre e brejeira,
Iluminada pelas profecias de Dom Bosco...

Agora são nove anos apenas,
Amanhã serão dez,
Assim,
Sucessivamente,
E um dia ela com graça e beleza,
Tornar-se-á uma linda mulher...

Como mulher ela será caprichosa,
Caprichosa e cheia de artifícios,
Inebriando o mundo inteiro,
Os turistas virão para vê-la e admirá-la
E extasiados ajoelhar-se-ão aos seus pés...

Quem vos diz é a voz da experiência,
Testemunha ocular de quem a viu nascer,
Ela crescerá e viverá para a posteridade
Pouco importando o pessimismo dos seus inimigos...

E ela crescerá e viverá,
Fiel aos seus desígnios
Sob os olhos esperançosos dos jovens,
Meigo e ingênuo das crianças,
Pois foi apelidada pelos seus amigos
De Brasília "Capital da Esperança"
E pelos poetas de "Cidade Céu"...

MUNDIAIS

Washington (USIS) - Robert H. Finch, Secretário de Saúde, Educaçao e Previdência Social, anunciou que os Estados Unidos concederam licenças para a produção da primeira vacina do país contra o sarampo alemão (rubeola).

A rubeola é uma grave ameaça para as mulheres durante os primeiros meses de gravidez. Pode causar também abortos prematuros ou defeitos nos recém-nascidos. Êsses defeitos, de natureza muito diversa, podem ir desde as enfermidades do coração até o retardamento mental.

Os Institutos Nacionais de Saúde realizaram, durante os dois últimos anos, rigorosas
sas provas de segurança e eficiência da vacina.

Em 1964 e 1965, uma epidemia de rubeola fêz nos Estados Unidos 50 mil vítimas (por morte do feto ou deformidades nos recém-nascidos). A doença tende a manifestar-se em ciclos, cujos períodos variam de 7 a 10 anos.

OUTRA VACINA

Washington (USIS) - "Faz-se notável o progresso no aperfeiçoamento de uma vacina contra o tipo mais comum da fatal menigite" - disseram cientistas do Estados Unidos, os quais esclareceram, contudo, que o produto não será colocado à disposição do público, dentro dos próximos três anos.

Os cientistas também estão trabalhando em outra vacina para combater um tipo diferente de meningite, que no ano passado matou quase metade dos 30 mil africanos que a contraíram.

"Podemos produzir uma vacina" - disse o Major General Médico Joe M. Blumberg, falando aos jornalistas no Pentágono.

SIGNIFICADO DA APOLLO-11

Na sucessão de vôos espaciais tripulados, o da Apollo-11 aparecerá, discretamente, como o 21o. dos Estados Unidos e o 33o. do mundo.

Dentre todos os engenhos lançados pelo homem à Lua suas vizinhanças, nos últimos 10 anos, a Apollo-11 figurará como um entre cêrca de 50.

Mas a Apollo-11 destaca-se dentre todos os outros vôos espaciais, tripulados ou não, e de tôdas as viagens jamais empreendidas pelo homem.

Será a primeira descida do homem na Lua ou em qualquer outro lugar fora do nosso planêta. Será o primeiro contato físico direto com um corpo celeste. Será a primeira viagem de um homem a um enderêço específico no espaço.

Sob o ponto de vista da tecnologia, a descida de um homem na superfície da Lua e seu regresso à Terra constitui evento sem paralelo. Nenhum projeto tecnológico ou da engenharia, em tôda a história, pode lhe ser comparado em magnitude, complexidade ou sofisticação. Durante oito anos, mais de 400.000 pessoas trabalharam, ao mesmo tempo, no planejamento, esquematização e construção de equipamento e treinamento de pessoal para a realizaação de uma viagem cujo objetivo encontra-se a 400.000 quilômetros da Terra.

Do ponto de vista dos cientistas, uma descida tripulada na Lua representa uma realização de proporções inéditas. Ela abre as possibilidades para investigações científicas de dimensões ainda maiores do que a invenção do microscópio ou do telescópio ou do conhecimento da energia e matéria do átomo. As amostras do solo e rocha lunar que os astronautas trarão em seu retôrno à Terra se constituirão num tesouro de valor inestimável para os cientistas, que poderão então examinar os recursos naturais de um outro mundo.

E a Lua, livre de erosão atmosférica e das alterações causadas pela vida, pode encerrar o segrêdo da evolução da Terra e de todo o sistema solar.

No entanto, o vôo da Apollo-11, embora arrojado e temerário é, no máximo, a primeira pequena experiência na imensidão do espaço, que começa a abrir-se diante do homem.

O Dr. Thomas O. Paine, diretor da (NASA) Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos, explicou, imediatamente após o regresso da Apollo-10, que levou dois dos astronautas de uma tripulação de três, a 15 quilômetros do satêlite natural da Terra, em maio último.

"Embora a Lua seja, no momento, o objetivo de nossos esforços, a meta verdadeira é muito mais ambiciosa...É desenvolver e demonstrar a viabilidade das viagens interplanetárias".

Embora ainda não existam vôos tripulados autorizados ou planejados para outros planetas, esta nova possibilidade de se alcançar a Lua pode ser explorada pelo menos, diversas vêzes nos próximos anos. Desde já prepara-se a Apollo-12 para ser lançada à Lua em fins de 1969 e diversos outros vôos da série Apollo já se encontram em planejamento para missões tripuladas à Lua e orbitais, na década de 1970.

Ninguém sabe ainda, exatamente, que utilidade terá a Lua para o homem, isto dependerá grandemente do que os pioneiros descobrirem lá.

Como base em potencial para a exploração cientffica os cientistas não poderiam desejar algo melhor. Distando apenas três dias de viagem da Terra e sendo correspondente e aproximadamente um/cinquenta avos do tamanho da Terra, a Lua está relativamente perto e é grande e estável o suficiente para ser transformada sob quase todos os aspéctos concebíveis, numa estação científica viável. Por outro lado, a Lua encontra-se ao mesmo tempo, suficientemente afastada da Terra para eliminar a maior parte da interferência terrestre, como o rádio, que alcança tôdas as partes do globo terrestre, mas não consegue chegar à face oculta da Lua.

Como um pôsto avançado para as explorações astronauticas, a Lua certamente oferece uma visão maior do universo do que a Terra. Estando isenta da interferência do ar e do rádio, as radiações dos corpos celestes podem ali ser recebidas com vantagens. Na possibilidade remota de se estabelecer comunicação com alguma civilização em uma outra constelação, a Lua certamente seria uma estação de "relay" ideal.

Para os cientistas, a procura de pistas sôbre sua origem, as escavações no solo lunar talvez sejam relativamente fáceis porque o equipamento pesa um/sexto a menos do que na Terra. A primeira missão científica a ser desempenhada pelos astronautas da Apollo-11, quando pisarem o solo lunar, será o recolhimento de amostras de rocha e do solo para análise na Terra.

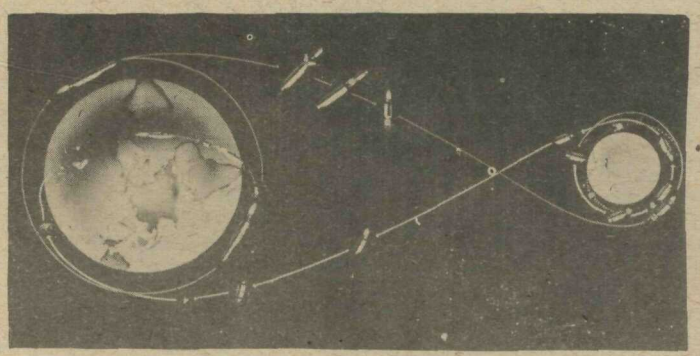
Há oito anos atrás, o homem pela primeira vez lançou-se ao espaço, embora apenas um pouco acima da grossa camada atmosférica que envolve nosso planêta. Sòmente em dezembro de 1968 o homem, pela primeira vez, libertou-se da gravitação terrestre, quando os três astronautas da Apollo-8 orbitaram em redor da Lua circulando-a 10 vêzes, numa altitude de cêrca de 112 quilômetros, antes de regressarem à Terra.

Em seguida, como um prelúdio final para a descida na Lua, os três astronautas da nave Apollo-10 entraram em órbita da Lua e, enquanto um dêles permanecia na nave principal, os outros dois chegaram até 15 quilômetros da superfície do satélite, no Módulo Lunar.

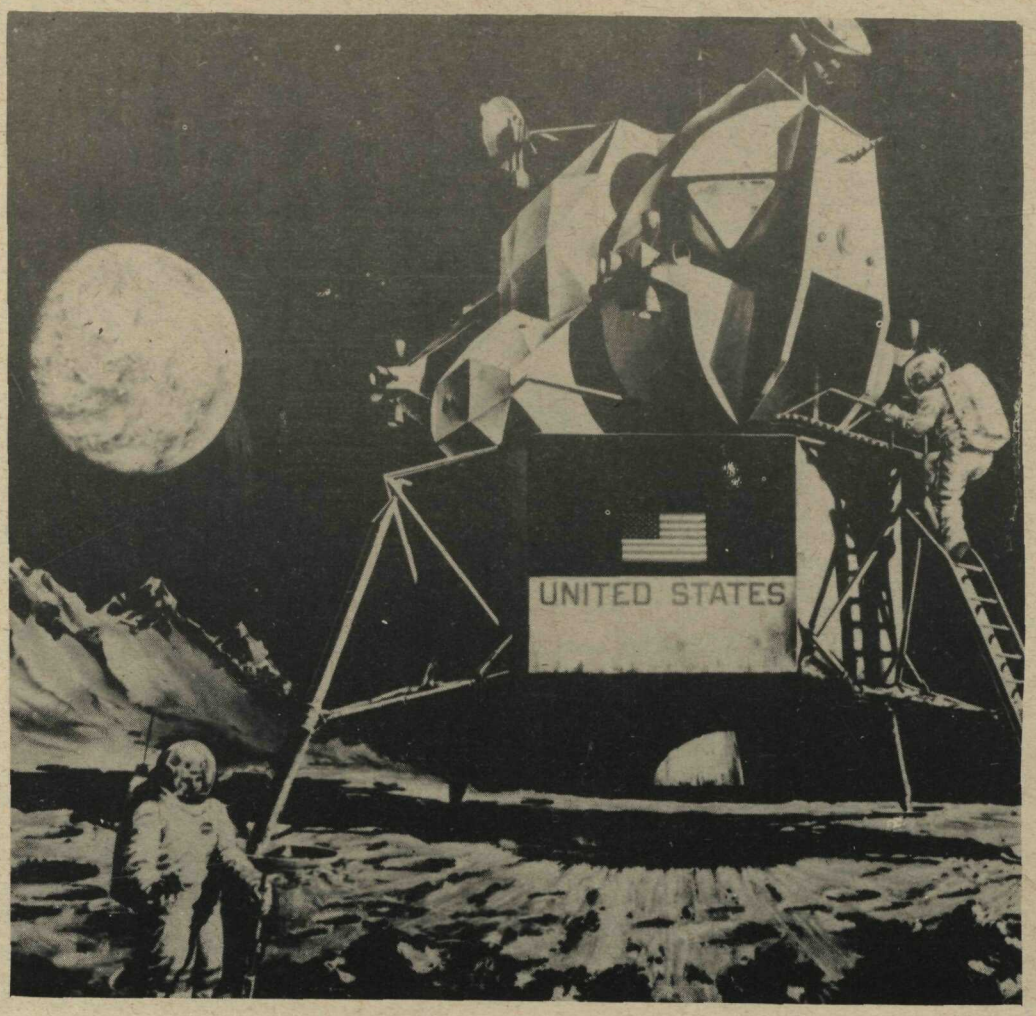
Hoje, ante a iminência de tal acontecimento, o homem, reencontra sua esperança de que outros problemas aparentemente insolúveis, como a pobreza, as doenças e as guerras, também venham a ser, através de esforços semelhantes, finalmente resolvidos.



DISTANCIA EXATA - Ondas luminosas de uma aparelhagem laser emitidas em direção à Lua, através de um telescópio instalado nas Montanhas Catalinas, no Arizona, EUA, serão parcialmente refletidas de volta à Terra por meio de um refletor a ser colocado na superfície da Lua, pelos astronautas da Apollo-11. Medindo-se o tempo da viagem de ida e volta do feixe Luminoso laser, de 2.4 segundos, os cientistas serão capazes de computar a distância entre a Terra e a Lua com grande precisão



A CONQUISTA DA LUA - O gráfico da foto mostra como será a conquista da Lua, missão confiada aos tres astronautas da Apollo-11, Michael Collins Edwin Aldrin, Jr., e Neil Armstrong. Este último será o primeiro homem a pôr os pés no satêlite natural da Terra



FICÇÃO E REALIDADE - Ha algum tempo a cena da composição artística acima constituia apenas uma quimera científica, que está a poucos dias de se transformar em realidade. Na antevisão do primeiro pouso do Homem na Lua, Neil Armstrong (em primeiro plano) já pesquisa o solo do satelite natural da Terra enquanto seu colega, Edwin Aldrin, prepara-se para segui-lo

---

LONDRES (BNS) - Ritmadores nucleares - pequenos aparelhos. implantados em doentes portadores de certos males cardíacos - estão sendo agora aperfeiçoados na Grã-Bretanha. Os ritmadores dão aos músculos do coração um impulso elétrico a fim de auxiliar a contração normal.

Anteriormente, os ritmadores eram acionados por diminutas baterias de mercúrio, que duram cêrca de três anos. As unidades ora desenvolvidas pelo Estabelecimento de Pesquisas de Harwell utilizam um radioisótpo, o plutônio 238, com uma vida útil de mais de dez anos.

MANCHESTER (BNS) - Pesquisa destinada a esclarecer como e por que os tecidos de algodão se desgastam serão realizadas na Universidade de Manchester nos têrmos de um contrato com o Instituto Internacional de Algodão.

As fibras serão examinadas, antes e depois de fiadas e tecidas, e comparadas com tecidos já gastos.

RIO (BNS) - A Sociedade Brasileira de Cultura Inglêsa organizará, no período de 21 de julho a 1o. de agôsto próximo, um curso de recapitulação para professôres de Inglês, com o comparecimento de mestres de todo o Brasil.

Da Grã-Bretanha virão especialmente ao Brasil para ministrar o curso as especialistas Miss Mary Frazer, muito conhecida do cinema e televisão, que se responsabilizará pelos métodos audiovisuais; e Mr. Geoffrey Broughton, editor-geral do recém-publicado curso "Success with English", que discorrerá sôbre Metodologia. O Diretor dos Estudos será o sr. W. E. Moss, coordenador do ensino da Língua Inglêsa do British Council.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL

Proc. nº 6.097/68 (Recurso)

PARECER

Branca Borges Góes Bakaj recorre, tempestivamente, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República da decisão do Diretor-Geral do DASP que aprovou parecer desta Comissão, contrário ao reconhecimento de licitude na situação temporária que detém, muito embora favorável à sua situação efetiva.

2. Concomitantemente, a interessada solicitou ao Secretário de Administração do Distrito Federal lhe fôsse permitido manter-se no exercício do cargo em comissão impugnado até o julgamento final do seu recurso.

3. Ao examinar processo que lhe fôra encaminhado dentro do critério de competência da C.A.C. para apreciar acumulações em que um dos cargos pertença à administração federal, concluiu êste órgão colegiado por que fôsse declarado legítimo o exercício cumulativo dos cargos de Oficial Legislativo do Senado Federal e de Professor do Ensino Médio da Prefeitura do Distrito Federal, no caso concreto, única e exclusivamente por ser tratar de funcionária beneficiada pela Emenda Constitucional nº 20, de 27/5/66, julgados compatíveis os horários cumpridos.

4. Fixou-se, então, todavia, a exigência de que a interessada deixasse a função, em comissão, de Diretor do Ginásio da Asa Norte ou se afastasse do cargo exercido no Senado Federal, "de vez que a exceção contida no parágrafo único da Emenda nº 20 à Constituição Federal de 1946 alcança apenas o cargo de Professor. A função de Diretor, embora privativa de Professor (fls. 17), é inacumulável com o cargo de Oficial Legislativo".

5. Contra essa restrição é que se insurge a servidora, alegando em seu recurso que:

a) - "é indissociável a ocupação da Função em Comissão que vem exercendo a peticionária, do seu cargo efetivo de Professôra do Ensino Médio do Quadro Provisório do Pessoal do Distrito Federal, vez que é matéria pacífica não só que o cargo de Diretor de Estabelecimento de Ensino Médio constitui cargo de magistério, assim como que se trata, por fôrça de disposição expressa no Regimento da Secretaria de Educação e Cultura de cargo privativo de Professor de Ensino Médio (art. 30, § 5º do Regimento Interno da SEC)";

b) - "assim, a peticionária só foi designada Diretora do Ginásio da Asa Norte, por ser Professôra de Ensino Médio, efetiva, do Quadro Provisório do Pessoal do Distrito Federal. Destarte, induz-se que não se pode discutir a situação da requerente, como ocupante de função em Comissão de Diretora de Ginásio, abstraindo-se a sua condição de Professôra do Ensino Médio";

c) - "é inequívoco que a situação da recorrente é excepcional, obviando-se, de plano, que o deslinde do problema também terá de ter caráter excepcional. Em assim sendo, não é aplicável ao caso em exame, a regra geral ou normal, contida no art. 9º do Decreto nº 35.956, de 1954, devendo-se, pois, encontrar uma solução excepcional, que a própria excepcionalidade com que foi tratada pela Constituição a situação da recorrente" (sic);

d) - "em outras palavras, se é lícito à recorrente, por fôrça de exceção constitucional, acumular um cargo de magistério com o de Oficial Legislativo, parece lógico e jurídico concluir-se concluir-se que também, excepcionalmente, possa a recorrente ocupar, temporàriamente, uma função em comissão privativa de ocupante de cargo de magistério, e em função da que efetivamente ocupa, com o de Oficial Legislativo";

e) - "não cabe, data venia, indagar-se, no caso em aprêço, como dubitàvelmente se indaga, sôbre a correlação de matéria entre a função em comissão, e o cargo de Oficial Legislativo, da mesma forma que não se indaga da mesma correlação entre êsse cargo e o seu de Professôra do Ensino Médio";

f) - "a situação parece simples demais para ser resolvida, vez que, sem sombra de dúvida, fere ao direito o querer-se aplicar uma regra geral a uma situação indubitàvelmente excepcional".

6. Gostaria o relator de poder concordar, ipsis literis, com os argumentos alinhavados pela ilustre recorrente, cujo brilhante curriculum vitae acompanha o processo. Infelizmente, tal não lhe é dado. Senão, observe-se:

a) - em inúmeros pareceres, sempre deixou claro esta Comissão que o cargo de Ofi

Oficial Legislativo, à semelhança dos seus congêneres de outros Podêres, é de natureza burocrática, insuscetível de ser acumulado com qualquer outro; assim, se no caso concreto, se reconheceu licitude na situação existente, isto se deveu única e exclusivamente à excepcionalidade consagrada pela Emenda Constitucional nº 20/66, que visou a beneficiar "os Professôres da antiga Fundação Educacional do Distrito Federal, considerados servidores municipais da Prefeitura do Distrito Federal, por fôrça da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, respeitada a compatibilidade de horário";

b) - ora, a servidora da antiga Fundação Educacional do D.F. - Branca Borges Góes Bakaj, beneficiada pela Emenda Constitucional nº 20/66, foi enquadrada na função de "Professor Secundário, nível 17 - Ref. IV", mais tarde "Professor de Ensino Médio, nível 19", e, jamais, como "Assistente" ou "Diretora";

c) - ninguém nega que tais funções em comissão sejam privativas de ocupantes de cargo de magistério; agora, essa regra geral, do campo de ensino, só pode lògicamente incidir em quem não apresente restrições maiores à sua observância, como, por exemplo, situações cumulativas especiais, isto é, melhor explicando, fôsse a interessada apenas professôra, poderia, sem sombra de dúvida, exercer as funções em comissão relacionadas com o magistério, na conformidade da legislação específica;

d) - a contrário senso, pergunte-se: Poderia uma outra professôra do Distrito Federal, que não fôsse amparada pela Emenda Constitucional nº 20/66, exercer cumulativamente o cargo de Oficial Legislativo? A resposta seria infalìvelmente pela negativa;

e) - advoga a ilustre recorrente um tratamento excepcional para o seu caso, tão excepcional como já fôra êle bàsicamente considerado - seria, assim, uma exceção sôbre outra exceção ou, melhor dizendo, desejaria ela que, além da excepcionalidade constitucional, se lhe reconhecesse outra por via interpretativa;

f) - no parecer desta Comissão, objeto do atual recurso, não se fêz, aliás por incabível, qualquer menção ao art. 9º do Decreto nº 35.956, de 1954, mencionado pela peticionária; o que se disse foi que "a função de Diretor, embora privativa de Professor (fls. 17), é inacumulável com o cargo de Oficial Legislativo", isto pela simples razão de ser êste considerado de natureza burocrática;

g) - diante do exposto, não se poderia, por extensão aplicar a excepcionalidade objeto da Emenda Constitucional nº 20/66 a situações provisórias a que fôssem conduzidos os membros do magistério por ela beneficiados, ainda que, no campo do ensino, essas situações provisórias sejam privativas de professôres.

7. Lamentàvelmente, não há como ser reconsiderando o pronunciamento inicial dêste órgão colegiado, cumprindo se faça subir o recurso à superior decisão do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a sugestão de que seja mantida a decisão recorrida, pelas razões aqui demonstradas.

É o parecer.

C.A.C., em 3 de junho de 1969

Hilton de Carvalho Briggs
Relator

O Plenário da Comissão, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 202, de 15 de maio de 1969, do Senhor Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, (Diário Oficial de 16 subseqüente), decidiu, por unanimidade, na forma do presente parecer.

Brasília, em 3 de junho de 1969

José Medeiros

Hilton de Carvalho Briggs

Célio Fonseca

Corsíndio Monteiro da Silva

Plínio de Carvalho Werneck

José Maria dos Santos Araújo Cavalcanti

Ladislau Godofredo Dias Carneiro Netto

/WR.

P.D.F.
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PR 9384 / 69
12 JUN 1969
SECRETARIA
P.R. — SAG
FICHADO
EM 13/ 6/ 69

0360

1. Aprovo a presente Sde. 11 JUN 1969
2. Sde. Jefe da D.
Em 23.6.69
Acosta Silva

69
3980/68

DIRETORIA DO EXPEDIENTE
Encaminhado à D.O.
p/ A.S.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

No anexo processo, Branca Borges Góes Bakaj, com fundamento no § 4º do art. 15 do Decreto nº 35.956, de 2 de agôsto de 1954, interpôs recurso da decisão da Direção-Geral dêste Departamento, que aprovou o parecer emitido pela Comissão de Acumulação de Cargos, contrário ao exercício cumulativo dos cargos de Oficial Legislativo do Senado Federal e de Professor de Ensino Médio da Prefeitura do Distrito Federal.

2. Ao examinar a matéria, a Comissão de Acumulação de Cargos não encontrou argumentos capazes de modificar o parecer recorrido, uma vez que se trata de acumulação de dois cargos que não estão incluídos em nenhuma das exceções previstas na Constituição Federal, visto não ser o cargo de Oficial Legislativo de natureza técnica ou científica.

3. Assim, ao pronunciar-se sôbre o recurso, a referida Comissão manteve seu parecer, contrário à acumulação.

4. Nestas condições, êste Departamento tem a honra de submeter o assunto à elevada apreciação de Vossa Excelência e de opinar pelo não provimento do recurso, podendo, em seguida, ser o processo restituído à Prefeitura do Distrito Federal, para as providências complementares.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Glauco Lessa de Abreu e Silva
DIRETOR - GERAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 73, de 21 de fevereiro de 1 969

O MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que, consoante o disposto no parágrafo 1º do artigo 352 da Consolidação das Leis do Trabalho, poderão ser incluidas no mesmo novas atividades;

Considerando que, a Constituição do Brasil no Capítulo VII Seção VII, artigo 104, determina a aplicação da legislação trabalhista em autarquias, emprêsas públicas e sociedades de economia mista;

Considerando que a Constituição do Brasil em seu Título III- artigo 163, parágrafo 2º, preceitua que na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as emprêsas públicas, as autarquias e sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às emprêsas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e das obrigações;

Considerando que, conforme determina o Art. 360 da mesma Consolidação das Leis do Trabalho, tôdas as emprêsas, individuais ou coletivas, que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a apresentar anualmente a relação de seus empregados;

Considerando que, as informações prestadas pelas emprêsas, além de permitirem o contrôle da proporcionalidade empregados estrangeiros, fornecem ao Ministério do Trabalho e Previdência Social informações as mais valiosas para o conhecimento da mão-de obra do País;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica acrescida mais uma alínea, ao parágrafo 1º do Art. 352 da mencionada Consolidação, abrangendo as autarquias, emprêsas públicas, sociedades de economia mista e demais órgãos da administração direta ou indireta que tenham em seus quadros de pessoal, empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - As entidades incluidas no artigo anterior, ficarão sujeitas aos demais artigos do Capítulo II da referida Consolidação.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

JARBAS G. PASSARINHO

(Publicada no " DIÁRIO OFICIAL"
de 5 de março de 1 969, páginas 1931-32).

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PREFEITO

DECRETOS ASSINADOS

DECRETO No. 1033 DE 11 DE JULHO DE 1969.

Cria Grupo de Trabalho do Décimo Aniversário de Brasília.

O PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 20, da Lei no. 3 751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1o - Fica criado o Grupo de Trabalho do 10o Aniversário de Brasília, composto de cinco membros, e cujo objetivo será o de elaborar programas dos festejos e fiscalizar a sua execução.

Art. 2o - O GT-10 ficará subordinado diretamente ao Prefeito do Distrito Federal e será presidido por um Secretário de Estado, podendo dêle fazer parte elementos estranhos ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

Art. 3o. - Nao haverá verba específica para o GT/10, correndo as despesas de execução dos programas por conta das dotações orçamentárias dos órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, mediante autorização expressa do Prefeito do Distrito Federal.

Parágrafo Único - Os meios para o funcionamento do GT-10 serão igualmente fornecidos pelos órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, igualmente através de autorização expressa do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 4o. - A critério do Prefeito do Distrito Federal a mediante proposta de seu Presidente, o GT/10 poderá ter sua constituição alterada.

Art. 5o. - O GT/10 iniciará suas atividades no dia 15 de julho corrente e será dissolvido segundo entendimento do Prefeito do Distrito Federal, ouvido o seu Presidente.

Art. 6o. - Este Decreto entrará em vigor na da-

ta de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Distrito Federal, 11 de julho de 1969. 81o. da República e 10o. de Brasília.

WADJO DA COSTA GOMIDE
Prefeito

DECRETO DE 1034 DE 11 DE JULHO DE 1969.

Constitui Grupo de Trabalho do Décimo Aniversário de Brasília, criado pelo Decreto no. 1033 de 11 de julho de 1969.

O PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 20, da Lei no. 3 751, de 13 de abril de 1960, combinado com o Decreto no. 1033 de 11 de julho de 1969.

D E C R E T A:

Fica constituido o Grupo de Trabalho do Décimo Aniversário de Brasília, criado pelo Decreto no. 1033 de 11 de julho de 1969, pelos Senhores:Coronel Adacto Pereira de Mello,Secretário de Estado de Serviços Públicos, Presidente, Edilson Cid Varella, Professôra Clélia Capanema e os Jornalistas Gilberto Amaral e Antônio Antunes Praxedes, Membros.

Distrito Federal, 11 de julho de 1969; 81o. da República e 10o. de Brasília.

WADJO DA COSTA GOMIDE
Prefeito

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1969.

O PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo no. 039.908/69,

R E S O L V E :

promover ao pôsto de 1o. Tenente PM, o 2o. Tenente PM ARIVALDO LEONIS BASTOS, do Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar do Distrito Federal, nos têrmos do Capítulo IV. Seção IV, do Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto no 41.095, de 7 de março de 1957, com efeitos a partir de 14 de abril de 1967.

Distrito Federal, em 11 de julho de 1969.

WADJO DA COSTA GOMIDE
Prefeito

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1969.

O PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto nos Decretos-Lei, nos. 9, de 25 de junho de 1966, e 315, de 13 de março de 1967, e no Decreto "N" no. 515, de 11 de julho de 1966, e ainda o que consta do processo no. 12 765/69.

R E S O L V E :

reformar, "ex-officio", nos têrmos dos artigos 146 item II, item I, e 149 item II, do Regulamento Geral aprovado pelo Decreto no. 41 096, de 7 de março de 1 957, o Soldado Bombeiro JORGE SANTOS, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, na mesma gradução e com os proventos calculados na base de sôldo correspondente à graduação de Terceiro Sargento CB, de conformidade com os artigos 28 letra "d", 31 § 2o. letra "b", e 59 da Lei no. 4 902, de 16 de dezembro de 1 965, previstos na Lei no. 4 328, de 30 de abril de 1964, observadas as prescrições do art. 101, § 3o C/C o artigo 94, § 6o. da Constituição do Brasil.

Distrito Federal, em 11 de julho de 1969.

WADJO DA COSTA GOMIDE
Prefeito

JURANDYR PALMA CABRAL
Secretário de Segurança Pública

DECRETO No 1035 DE 11 DE JULHO DE 1969.

O PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso dos podêres que lhe confere o artigo 20, item II, da Lei no 3751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1o. - Ao artigo 14 do Decreto "N" no. 669, de 26 de outubro de 1967, fica acrescentado o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único -Para obras de interêsse público, que traduzam vantagens para o erário ou aquelas consideradas essenciais, será permitida a exploração dos materiais de base, atendendo-se as normas ditadas pela Secretaria de Agricultura e Produção e obrigando-se o órgão explorador das jazidas a fazer o imediato reflorestamento da área, ficando, no entanto, proibida a instalação de acampamento mesmo que seja em caráter provisório."

Art. 2o. - Cabe a Secretaria de Agricultura e Produção dar nova regulamentação ao artigo 14 do Decreto "N" no. 669, de 26 de outubro de 1 967, face ao parágrafo acrescentado.

Art. 3o. - Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 11 de julho de 1969. 81o da República e 10o. de Brasília.

WADJO DA COSTA GOMIDE
Prefeito

CARLOS SANTOS JUNIOR
Secretário de Governo

JULIO QUIRINO DA COSTA
Secretário de Agricultura e Produção

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº DE 10 DE Julho DE 1969.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo artigo 19, inciso VI, do Decreto "E" Nº 340 de 12 de dezembro de 1967,

R E S O L V E :

Designar MARIA BELI BRESSAN DE OLIVEIRA, Professôra do Ensino Elementar, nível 13, matrícula nº 8081, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir em seus impedimentos eventuais, a Chefe do Serviço de Divulgação, da Divisão de Documentação, da Coordenação do Sistema de Racionalização e Produtividade, da Secretaria de Administração.

Brasília, 10 de julho de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do Distrito Federal

PORTARIA DE 7 DE JULHO DE 1969

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1o. inciso VI, do Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1967.

R E S O L V E :

designar MARTA ARIMA MOREIRA. Professôra de Ensino Elementar, Nível 13-B, matrícula no. 7 611, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal para sem prejuízo de suas funções de Secretária-Datilógrafa, responder pelo expediente da Secão de Expediente e Arquivo, do Centro de Seleção e Treinamento, dessa Secretaria.

Brasília, 07 de 7 de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do Distrito Federal

PORTARIA DE 07 de JULHO DE 1969.

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 19, Inciso VI do Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1967.

R E S O L V E :

Dispensar, a pedido, HELIO MARIO XAVIER, professor de Ensino Médio, Nível 19, Matrícula no 3 964, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, da Função de Substituto Eventual do Chefe da Seção de Expediente e Arquivo, do Centro de Seleção e Treinamento, desta Secretaria.

Brasília, 07 de 7 de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do Distrito Federal.

PORTARIA No. DE 8 DE JULHO DE 1969

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4o do Decreto 662a.. de 28 de setembro de 1967.

R E S O L V E:

mandar cessar o pagamento da gratificação, no valor de NCr$ 60,00 (sessenta cruzeiros novos), concedia ao funcionário ODI CARNEIRO DA SILVA, Motorista, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, através do Processo no. 037 894/68.

Brasília, 08 de Julho de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do Distrito Federal.

PORTARIA DE 8 DE JULHO DE 1969

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso VI, do Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1967,

R E S O L V E:

Designar DIONE DA CONCEIÇÃO RODRIGUES COELHO, Oficial de Administração, nível 16-C, matrícula no 4 581, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir em seus impedimentos eventuais o Chefe do Serviço de Regime Jurídico de Pessoal, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 08 de 07 de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do
Distrito Federal.

PORTARIA DE 8 DE JULHO DE 1969

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso VI, do Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1967,

R E S O L V E:

Designar MIRES MIRANDA, Escriturária, nível 8-A, matrícula no. 8 688, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir em seus impedimentos eventuais a Secretária - Datilógrafa, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 08 de 07 de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administraçao do
Distrito Federal.

S E A

PORTARIA DE 08 DE JULHO DE 1969

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1o., VI, do Decreto "E" no. 340, de 12.12.67,

R E S O L V E:

DISPENSAR, a pedido, PAULO DE OLIVEIRA, Armador de Estrutura, nível 09, matrícula 0678, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da função de Substituto Eventual do Encarregado de Turma ZP-1, do Serviço de Zeladoria e Portaria, da Divisão de Serviços

Gerais, desta Secretaria.

Brasília, 08 de julho de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do
Distrito Federal.

DESPACHOS:

Processo no.: 18 803/69
Interessado: DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PUBLICA

Assunto: Acidente de Veículos

JULGAMENTO

Vistos, etc.

Acidente de veículos ocorrido em 18 de março de 1969 envolvendo a viatura Mercedes Benz do Departamento de Limpeza Pública, placa no. 89-76, Prefixo p-28, dirigido por HERMINIO BORGES, e o veículo DKW-Vemag, de placa 2-99-89 dirigido pelo proprietário RAIMUNDO NONATO DE SOUZA.

Conforme o documento de fls. 5, os Peritos da Divisão de Criminalística do Departamento de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, concluiram que causa determinante do acidente foi o comportamento do condutor da Mercedes Benz, em nao atentar devidamente para o tráfego a sua frente.

Tendo em vista o fato de o servidor ser regido pela Consolidaçao das Leis do Trabalho, devolva-se o presente processo ao Departamento de Limpeza Pública para as providências cabíveis.

Brasília, 08 de julho de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administraçao do
Distrito Federal

Processo no.: 06 7541/69
Interessado: JOAO FELIPE CAETANO

JULGAMENTO

JOAO FELIPE CAETANO, Trabalhador, nível 1, matrícula no. 2599, foi acusado de inassiduidade e abandono de cargo, concomitantemente.

Além de 66 faltas interpoladas no exercício de 1963, faltou 30 dias consecutivos no mês de dezembro do mesmo ano.

Em sua defesa, alegou que o ilícito administrativo cometido deveu-se a desequilíbrio nervoso provocado por motivos familiares. Atentando à declaraçao anexada aos autos (fls. 17) de ex-chefe do servidor, houve-se por bem encaminhá-lo ao nosso Serviço Medico, por presunçao de ser o mesmo portador de alguma psicose. E a junta médica emitiu o seguinte diagnóstico: - "neurose situacional mais psicoce e xotóxica". Êsse laudo justifica o comportamento do indiciado no exercício anterior.

Cumpre salientar e lembrar que já conta o servidor de janeiro a maio dêste ano 42 faltas injustificadas. Deverá tornar-se assíduo, porque do contrário nao escapará ao segundo processo administrativo.

Justifico as faltas do exercício de 1968, para fins disciplinares.

Arquive-se.

Em 07.07.69.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do
Distrito Federal.

PROCESSO No. 039357/69

INTERESSADO: ANIVIEL VICENTE DE SOUZA

ASSUNTO: Licença sem vencimentos

CONCEDO, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o. inciso I, do decreto "E" no. 339, de 12.12.67, licença para trato de interêsse particular., pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 1o. de abril do corrente ano, de acôrdo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 4 de Julho de 1968.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administraçaõ do Distrito Federal.

Processo no. 038181/69
Interessado: Francisco Rodrigues Machado
Assunto: Remoção

Autorizo a remoção, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso III, do Decreto "E" no. 339, de 12.12.67, e com base no artigo 1o. do Decreto no. 1.013, de 18/6/69.

Brasília, 09 de 7 de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do
Distrito Federal.

Processo no. 29674/68
Interessado: ELIZABETH GOMES PARKER
Assunto: Abandono de emprego

JULGAMENTO

Vistos, etc.

Trata-se de Processo Administrativo em que foi indiciada servidora da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Está caracterizado o abandono de emprego.

Assim, opinamos pelo encaminhamento do presente processo àquele órgão para que se proceda nos têrmos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Brasília, 09 de julho de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do
Distrito Federal
Processo no. 040184/68
Interessado: RAIMUNDO BEZERRA TELES

JULGAMENTO
Vistos, etc.
RAIMUNDO BEZERRA TELES, Escriturário, nível 10, matrícula no. 8.526, foi acusado de inassiduidade e abandono de cargo concomitantemente.

Apurada a irregularidade, através de processo administrativo, verificou-se que as faltas foram acobertadas por licenças para tratamento de saúde.

Descaracterizaram-se os ilícitos administrativos.

Nessas condições, determino o arquivamento do presente processo.

Brasília, 08 de 7 de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração da
Distrito Federal

PROCESSO No.: 44948/69
INTERESSADOS: JOSÉ VALMIR MODESTO, JAIRO ABRHAO LINHARES JURACI PEREIRA, DORIVAL FERREIRA CAMPOS, EDVALDO CARLOS DE ALARCÃO, MARCONDES RODRIGUES DA COSTA, MANOEL CATHARINO DO NASCIMENTO e WANDER VIEIRA BORGES.

ASSUNTO: Remoção (SSP-SEP)

AUTORIZO a remoção, nos têrmos da delegação de competência, estabelecida pelo artigo 1o., III, do Decreto no. 339, de 12.12.67, e de acôrdo com o despacho exarado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito no Processo no. 34321/69.

Braasília. 08 de julho de 1969

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do
Distrito Federal.

PROCESSO No. 024997/69
INTERESSADO: IBERÊ SCHINDLER GOULART
ASSUNTO: Requer pagamento de diferença de vencimentos.

De acôrdo com o parecer da Coordenação do Sistema de Pessoal, indefiro.

Brasília, 7 de julho de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administração do
Distrito Federal

Processo no. 6969/68
Interessado: FUNDAÇAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
Assunto: Tabela de Empregos Permanentes e de Pessoal Temporário e de Obras da FCDF.

Senhor Prefeito:
Nos têrmos do § 1o. do artigo 3o, do Decreto "N" no. 555 de 9/12/66, submeto à apreciação de Vossa Excelencia, a anexa minuta do decreto referente à Tabela de Empregos Permanentes e de Pessoal Temporário e de Obras da Fundação Cultural do Distrito Federal.

O trabalho foi elaborado pela Comissão de Classificação e Acumulaçao de Cargos desta Secretaria, cuja decisão adotada em sua 362a. reunião acôlho.

Em, 09 de 7 de 1969.

RONALD BARCELLOS SILVA
Secretário de Administraçao do
Distrito Federal.

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE JULHO DE 1969

O DIRETOR DA DIVISAO DO PESSOAL, da Coordenaçao do Sistema de Pessoal da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuiçoes legais e conforme processo no. 431/69,

RESOLVE:

I) retornar, ANTONIO EVANGELISTA DE SOUSA, Escriturário, nível 8-A, matrícula no. 6079, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal para a Secretaria de Saúde.

II) removê-lo da Secretara de Saúde para a Secretaria de Administração.

JANUARIO FLORES
Diretor da Divisão do Pessoal.

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

INSTRUÇAO DE 09 DE JULHO DE 1969

O PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuiições que lhe confere o art. 23 do Decreto "N" no. 618, de 1.06.67, e tendo em vista o que consta do processo no. 4.878/68,

RESOLVE:

leterminar a aplicação do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, previsto no mencionado Decreto, ao servidor JOSE RODRIGUES PEREIRA, Almoxarife, Nível 14, Matrícula 980, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, Chefe da Seção do Almoxarifado da Divisão do Material e Patrimônio do Departamento de Administração Geral, desta Fundação Simbolo FC-10, na base de 60% (sessenta por cento).

Distrito Federal, 09 de julho de 1969

JOFFRE MOZART PARADA
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO No. 08/69 - DE-FSS de 07 de julho de 1969

O DIRETOR DO EXECUTIVO DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, alínea "h", do Regimento Interno e tendo em vista o que consta do Processo FSS - no.... 1.142/69

RESOLVE:

designar as Assistentes Sociais ELSI SILVA, REJANE PACHECO GADELHA, YARA GRAÇA SANTORO, HELENA SANDRI JUNKERS e MARIA BERNADETTE DE MIRANDA PEREIRA, para, sob a presidência da primeira, comporem uma comissão destinada a apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, a programação tecnica e orçamentária do Serviço Social Médico desta Fundação, para a IV Jornada Médica de Brasília.
Brasília, 07 de julho de 1969

ALUISIO FERREIRA LIMA
Diretor Executivo

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO DE 26 DE JUNHO DE 1969.

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 dos Estatutos Sociais da Emprêsa; nos têrmos da Portaria no. 1.100/64, anexo II, combinada com a Instrução no. 128/69, e tendo em vista o constante do Processo no. 51.791/69,

R E S O L V E:

DESIGNAR, EVANILDO ALVES DE OLIVEIRA, Escriturário, nível 10-B, matrícula no. 07.380, do QPP/DF, para exercer a Função Gratificada símbolo 5-F, de Chefe da Seção de Expediente e Processamento, do Serviço Médico, da Divisão do Pessoal, do Departamento de Administração, a partir de 20.6.69.

Brasília, 26 de junho de 1969.

SILVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE
Superintendente

INSTRUÇÃO DE 26 DE JUNHO DE 1969.

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 dos Estatutos Sociais da Emprêsa; nos têrmos da Portaria no. 1.100/64, anexo II, combinada com a Instrução no. 128/69 e tendo em vista o constante do Processo no. 51.791/69,

R E S O L V E:

DESIGNAR, IDALICE DA SILVEIRA MILHOMEN Auxiliar de Enfermagem, nível 15-C, matrícula 40.036 para exercer a Função Gratificada símbolo 5-F, de Chefe do Pôsto de Atendimento da Sede, do Serviço Médico, da Divisão do Pessoal, do Departamento de Administração, a partir de 20.6.69.

Brasília, 26 de junho de 1969.

SILVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE
Superintendente

INSTRUÇAO DE 16 DE JUNHO DE 1969

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.14 dos Estatutos Sociais da Emprêsa e tendo em vista o constante do processo 49.047/69,

R E S O L V E:

Retroagir a 22.4.69, os efeitos da Instrução de 08.5.69, que designou JOSE DE LOURDES BRANDAO, Procurador de la., matrícula 066, para substituir eventualmente o Chefe da 4a. Subprocuradoria, da Procuradoria Jurídica.

Brasília, 16 de junho de 1969

SILVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE
Superintendente

INSTRUÇÃO DE 20 DE JUNHO DE 1969

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.14 dos Estatutos Sociais da Emprêsa, nos termos da Portaria no. 1.100/64, Anexo II, combinada com a Instrução no. 128/69 e tendo em vista o constante do processo no. 51.791/69,

RESOLVE:

Designar LUIZ SERGIO CATIVO DE BARROS, Assessor de Administração, matr. no. 52.011, da TEPTO, para exercer a Função Gratificada símbolo 1-F, de Chefe do Serviço de Regime Jurídico, da Divisão do Pessoal, do Departamento de Administração a partir de 20.06.69.

Brasília, 26 de junho de 1969

SILVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE
Superintendente

INSTRUÇÃO DE 26 DE JUNHO DE 1969

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL usando das atribuições que lhe confere o art. 14 dos Estatutos Sociais da Emprêsa; nos têrmos da Portaria no. 1.100/64, Anexo II, combinada com a Instrução no. 128/69, e tendo em vista o constante do Processo no. 51.791/69,

RESOLVE:

Designar PAULO ROBERTO PEREIRA, Oficial de Administração, nível 12-A, matr. no. 18.639 do QPP/DF, para exercer a Função Gratificada símbolo 5-F, de Chefe da Seção de Direitos e Deveres do Pessoal Estatutário, do Serviço de Regime Jurídico, da Divisão do Pessoal, do Departamento de Administração, a partir de 20.06.69.

Brasília, 26 de junho de 1969

SILVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE
Superintendente

INSTRUÇÃO DE 26 DE JUNHO DE 1969

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL usando das atribuições que lhe confere o art. 14 dos Estatutos Sociais, da Emprêsa; nos têrmos da Portaria no. 1.100/64, Anexo II, combinada com a Instrução no. 128/69 tendo em vista o constante do Processo no. 51.791/69,

RESOLVE:

Designar LEONARDO DA COSTA GUIMARAES Oficial de Administração, matr. no. 50.599, da TEPTO, para exercer a Função Gratificada, símbolo 9-F, de Chefe do Setor de Expediente e Comunicações, da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração a partir de 20.6.69.

Brasília, 26 de junho de 1969

SILVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE
Superintendente

INSTRUÇÃO DE 26 DE JUNHO DE 1969

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL usando das atribuições que lhe confere o art.14 dos Estatutos Sociais da Empresa e tendo em vista o constante do Processo no. 48.570/69,

RESOLVE:

Designar PAULO ROBERTO PEREIRA, Oficial de Administração, nível 12-A, matr. no. 18.639 do QPPDF, para substituir o Chefe do Serviço de Regime Jurídico, da Divisão do Pessoal, do Departamento de Administração, nos seus eventuais impedimentos.

Brasília, 26 de junho de 1969

SILVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE
Superintendente

RESOLUÇAO No. 66/69

CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO

552a. sessão

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 12, parágrafo 8o., da Lei 2.874, de 19 de setembro de 1956,

CONSIDERANDO que a existência de barracos de madeira dos acampamentos do Plano-Piloto cria um problema urbanístico e eminentemente social;

CONSIDERANDO que estas casas de madeira em sua maioria não constituem patrimônio do poder público, pois já foram contabilizadas e incorporadas ao valor das grandes ogras;

CONSIDERANDO ser meta da atual Administração do Distrito Federal a erradicação de favelas do Plano-Piloto e que êstes acampamentos o são, apenas com Administração Oficial;

CONSIDERANDO que êstes acampamentos acarretam despesas enormes de administração e fiscalização,

R E S O L V E:

1 - Permitir, a cada funcionário do Complexo Administrativo do Distrito Federal ou mesmo terceiros, que residam em acampamento provisório no Plano-Piloto e que tenham lotes nas Cidades Satélites, que transfiram as casas, onde residentem, para o fundo do seu lote;

2 - proporcionar aos funcionários do Complexo Administrativo do D.F., ou mesmo a terceiros, que residem nestes acampamentos e que ainda não possuam lotes, a aquisição de um lote em uma das Cidades Satélites, desde que para lá transfiram a casa onde residem;

3 - sustar a distribuição de casas de acampamentos, determinando a demolição de tôda a casa que vagar a partir da publicação desta Resolução, salvo casos especiais de interêsse da Administração e a critério da Superintendência da NOVACAP;

4 - não permitir a troca de residências de madeira dos campamentos após a publicação desta Resolução, salvo casos especiais de interêsse da Administração e a critério da Superintendência da NOVACAP;

5 - conceder o prazo de 30 (trinta) dias, àqueles que já possuem imóvel residencial definitivo no Plano-Piloto ou Cidades-Satélites, para desocuparem as casas de acampamento que por ventura ocupem, sob pena de enquadramento na Instrução no. 123/69, da Superintendência da NOVACAP, independentemente da ação judicial competente;

6 - condicionar os benefícios desta Resolução apenas ao interessado que estiver, nesta data, residindo em acampamento e devidamente cadastrado na Divisão de Administração de Imóveis - DAI;

7 - condicionar os benefícios desta Resolução apenas aos interessados que satisfaçam as condições do item 6 e que apresentarem à DAI os seguintes documentos:

7.1 - requerimento de acôrdo com o modêlo a ser fornecido;
7.2 - declaração funcional,
7.3 - Certidão Negativa da DICS e DOI, para o caso do item 2 desta Resolução;
7.4 - Certidão Negativa da SHIS;
7.5 - Certidão Negativa do GTH - Mutirão;
7.6 - Certidão Negativa da CODEBRAS.

Obs: As certidões acima mencionadas terão que ser em nome do interessado e do seu conjuge.

8 - autorizar a Superintendência da NOVACAP a fornecer o transporte necessário a transposição da casa e móveis dos interessados.

9 - Que os lotes a serem cedidos nos têrmos do item 2, da presente Resolução o sejam pelo preço de tabela em vigor na época da operação e em 60 (sessenta) prestações mensais iguais e consecutivas.

10 - Autorizar nas mesmas condições acima, a venda de projeções no Plano-Piloto a grupo de funcionários do Complexo Administrativo que se constituam em condomínio para construirem prédios de apartamentos destinados a residência própria de cada condômino, desde que apresentem e seja aprovado estudo de viabilidade.

11 - Autorizar a venda de projeções nas condições acima à Cooperativas legalmente constituídas por funcionários do Complexo Administrativo do Distrito Federal, e que demonstrem a viabilidade da construção imediata em um plano racionalmente elaborado.

12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 07 de maio de 1969.

SILVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE

HELIO PROENÇA DOYLE

LUCILIO BRIGGS BRITO

EDILSON CID VARELLA

Obs: Republicado por ter saído ilegível no "DISTRITO FEDERAL" No. 78, de 29 de maio de 1969

A T A da quingentésima quinquagésima nona reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, sob a Presidência do Doutor SÍLVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e nove, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se a 559a. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Doutor Sílvio Carlos Pimenta Jaguaribe e com a presença dos Senhores Conselheiros Edilson Cid Varela, Arturo Buzzi, Hélio Proença Doyle, Lucílio Briggs Brito e Delpho Pereira de Almeida. Deixou de comparecer à reunião, com ausência justificada pelo Senhor Presidente, o Conselheiro Rolf Goeden Pieper. Aberta a sessão, lida e aprovada a ata da sessão anterior, foi concedido o uso da palavra ao Conselheiro EDILSON VARELA, que passou a relatar o processo nº 37.040/65 em que a firma CONSTRUTORA E FORNECEDORA - METON LTDA. solicita devolução da caução recolhida à Novacap, como garantia da execução do contrato 177/63. Concluiu o relator das informações constantes do processo que a firma não recebera Ordem de Serviço, permanecendo inócuo o contrato. De acôrdo com o pronunciamento da Procuradoria Jurídica, opinou o relator pela rescisão do contrato e posterior devolução de caução. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do relator e considerando a inocuidade do contrato, resolve autorizar sua rescisão e a consequente devolução de caução à firma requerente." Relatou ainda o Conselheiro EDILSON VARELA o processo nº 51.845/69-SVO, que contém minuta de convênio a ser assinado com o DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS, para a execução de obras solicitadas pelo Serviço de Limpeza Urbana, no valor de NCr$1.000.000,00, que serão transferidos à Novacap, parceladamente, na conformidade do cronograma de desembôlso da Secretaria de Finanças. Opinou o relator pela autorização para assinatura do Convênio, na forma da minuta apresentada. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do relator, homologa a decisão da Diretoria tomada em sua 672a. sessão, autorizando a assinatura de um Têrmo de Convênio a ser firmado com o DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, para construção das obras solicitadas pelo Serviço de Limpeza Urbana, ou seja, Oficina, Almoxarifado, Posto de Lubrificação, Prédio da Administração e Guarita, pelo valor de NCr$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos) e prazo de 18 (dezoito) meses, contados da data de sua publicação no "Distrito Federal"." Ainda pelo Conselheiro EDILSON VARELA foi relatado o processo nº 51.702/69-SVO, relativo a um Têrmo de Aditamento (2º Aditivo) para prorrogação do prazo estabelecido no Convênio firmado entre a Novacap e o DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE SAÚDE, em 30-5-66, objetivando a execução de obras de melhorias no Cemitério "Campo da Esperança". Opinou o relator pela aprovação da dilação do prazo, visando ao aproveitamento do saldo existente, no valor de NCr$.... NCr$58.790,84, de acôrdo com o programa a ser apresentado pela Secretaria de Serviços Públicos à qual se vincula, atualmente, o Cemitério. A decisão foi proferida nos seguintes têrmos: "O Conselho de Administração, com o voto do relator, aprova a decisão da Diretoria tomada em sua 672a. sessão, autorizando a assinatura de um Têrmo de Renovação ao Convênio firmado entre a NOVACAP e o DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE SAÚDE, em 30-5-66, e seu têrmo de renovação em 23-7-68, para prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses." Resolveu o Conselheiro EDILSON VARELA, em relação ao processo nº 35.052/68, solicitar novamente o pronunciamento da Diretoria, face ao elemento novo surgido no processo. A seguir, o Conselheiro BRIGGS relatou o processo nº 46.635/69, relativo também a um Têrmo de Aditamento (4º Aditivo) para prorrogação, por mais 6 meses, do prazo de vigência do Convênio celebrado entre a Novacap e o DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DO GOVÊRNO, em 8-8-67, cujo objeto é a construção de diversos prédios para as Administrações Regionais do Distrito Federal. De acôrdo com a informação do Senhor Chefe do Departamento de Edificações, opinou o relator pela aprovação da prorrogação solicitada, sendo proferida a seguinte decisão: "O Conselho, com o voto do relator, aprova o Têrmo de Aditamento ao Convênio celebrado com o DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DO GOVÊRNO, para prorrogação do prazo do mesmo por mais 6 (seis) meses, contados de sua publicação no "Distrito Federal", na forma da minuta elaborada pela AGEP." Em seguida, passou o Conselheiro ARTURO BUZZI a relatar o processo nº 51.823/69-SVO, em que a AGEP solicita autorização para elaboração de um convênio - com a Presidência da República, para a administração, pela ..... NOVACAP, de construções diversas no Palácio do Planalto e Palácio da Alvorada, mediante a transferência de NCr$900.000,00, de acôrdo com entendimentos verbais mantidos com o Senhor Superintendente da Companhia. Opinou o relator pela aprovação do Convênio, nos têrmos da proposta da Diretoria. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do relator, autoriza a assinatura de um Convênio com a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, para administração (pela NOVACAP) da construção das seguintes obras: Oficina, Guarita e Corpo da Guarda, no Palácio do Planalto e um abrigo para operários no Palácio da Alvorada, em Brasília, Distrito Federal, mediante transferência de recursos no valor de NCr$ ..... NCr$900.000,00 (novecentos mil cruzeiros novos) e pelo prazo de 12 meses, a contar da data de publicação do Convênio no Diário Oficial da União." Relatou, ainda, o Conselheiro ARTURO BUZZI o processo nº 37.173/69-PDF, em que a SECRETARIA DO GOVÊRNO do Distrito Federal solicita a celebração de Convênio com a NOVACAP, para a execução de obras na Cidade Satélite de Planaltina, constantes das metas RA-96 e RA-97. Opinou o relator pela aprovação do Convênio, nos têrmos da minuta elaborada pela AGEP,

através do qual o Distrito Federal se compromete a transferir para a NOVACAP o valor de NCr$40.000,00, para atender às despesas previstas. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do relator, autoriza a assinatura de um Convênio com o DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DO GOVÊRNO, para execução das Metas RA-96 - colocação de meios-fios na Cidade Satélite de Planaltina, no valor de NCr$15.000,00 (quinze mil cruzeiros novos) e RA- 97- construção de 5 (cinco) abrigos para passageiros de ônibus, na mesma Cidade Satélite, no valor de NCr$25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros novos), atribuindo-se ao Convênio o valor total de ..... NCr$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros novos) e o prazo de 12 (doze) meses na forma da minuta elaborada pela AGEP." Ainda pelo Conselheiro ARTURO BUZZI foi relatado o processo nº 45.250/ 69-SVO, anexo ao 38.128/68, onde ILANÍCIO OLIVEIRA LEAL recorre ao Conselho da decisão da Diretoria que lhe negou a venda do lote comercial nº 11, CNG-5, da Cidade Satélite de Taguatinga. Observou o relator a improcedência do recurso, face às conclusões do parecer jurídico, das quais resultou a abertura de sindicância, determinada pela Diretoria. Opinou, por isso, pelo não acolhimento do recurso e manutenção da decisão da Diretoria, em todos os seus têrmos. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do relator, indefere o recurso e mantém, integralmente, a decisão da Diretoria, proferida na 652a. sessão." Finalmente, o Senhor - Presidente apresentou aos Senhores Conselheiros o original da planta PR-1/5, do Setor de Embaixadas Sul, a qual contém as modificações necessárias para registro em Cartório, da PLANTA PR-1/4, incluindo as alterações de área das Embaixadas de Portugal e Inglaterra, já aprovadas pelo Conselho, em suas 519a. e 528a. sessões. O Conselho assinou a planta original, aprovando-a. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, IDÊ APARECIDA BITTAR BARRA, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SÍLVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE

EDILSON CID VARELA

ARTURO BUZZI

HÉLIO PROENÇA DOYLE

LUCÍLIO BRIGGS BRITO

DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

(1)

CÓPIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

559a. sessão

Processo nº 37.040/65 Reunião em: 25.06.69

Assunto: CONSTRUTORA E FORNECEDORA METON LTDA - solicita devolução da caução referente ao contrato 177/63.

Decisão: O Conselho, com o voto do relator e considerando a inocuidade do contrato, resolve autorizar sua rescisão e a consequente devolução de caução à firma-requerente.

Relator: Conselheiro Edilson Cid Varela.

(02)

PROCESSO: Nº 51 845/69 - SVO

ASSUNTO : AGEP - encaminha minuta de convênio a ser celebrado/ com o DISTRITO FEDERAL - Secretaria de Serviços Públicos para a construção das obras solicitadas pelo Serviço de Limpeza Urbana, no valor de NCr$ ..... NCr$ 1 000 000,00.

DECISÃO : O Conselho, com o voto do Relator, homologa a decisão da Diretoria tomada em sua 672ª sessão, autorizando a assinatura de um Têrmo de Convênio a ser firmado com o DISTRITO FEDERAL - Secretaria de Serviços Públicos, para construção das obras solicitadas pelo Serviço de Limpeza Urbana, ou seja, Oficina, Almoxarifado, Posto de Lubrificação, Prédio da Administração e Guarita, pelo valor de NCr$1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros novos) e prazo de 18 (dezoito) meses, contados da data de sua publicação no "Distrito Federal".

Relator: Conselheiro Edilson Cid Varela.

Nº 03

PROCESSO Nº 51 702/69-SVO

ASSUNTO: Têrmo de Aditamento (2º Aditivo) para prorrogação do prazo do Convênio celebrado entre a NOVACAP e o DISTRITO FEDERAL - Secretaria de Saúde, em 30-5-66, destinado às obras de melhorias do Cemitério "Campo da Esperança".

DECISÃO: O Conselho de Administração, com o voto do Relator, aprova a decisão da Diretoria tomada em sua 672a. sessão, autorizando a assinatura de um Têrmo de Renovação ao Convênio firmado entre a NOVACAP e o DISTRITO FEDERAL - Secretaria de Saúde, em 30-5-66, e seu têrmo de renovação em 23-7-68, para prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.

Relator: Conselheiro EDILSON CID VARELA.

(04)

PROCESSO: 46 635/69 - SVO

ASSUNTO : Têrmo de Aditamento (4º Aditivo) para prorrogação, por mais 6 meses, do prazo de vigência do convênio celebrado entre a NOVACAP e o DISTRITO FEDERAL - Secretaria do Govêrno, em 08/08/67, destinado à construção/ de obras para as Administrações Regionais do Distrito Federal.

DECISÃO : O Conselho, com o voto do relator, aprova o Têrmo de Aditamento ao Convênio celebrado com o DISTRITO FEDERAL - Secretaria do Govêrno, para prorrogação do prazo do mesmo por mais 6 (seis) meses, contados de sua publicação no "DISTRITO FEDERAL", na forma da minuta elaborada pela AGEP.

Relator: Conselheiro BRIGGS.

Nº 05

PROCESSO Nº 51 823/69-SVO

ASSUNTO: AGEP - solicita autorização para elaboração de um convênio com a Presidência da República, para a administração de obras solicitadas, no valor de NCr$900 000,00 e pelo prazo de 12 meses, conforme solicitação daquele órgão.

DECISÃO: O Conselho, com o voto do Relator, autoriza a assinatura de um Convênio com a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, para administração (pela NOVACAP) da construção das seguintes obras: Oficina, Guarita e Corpo da Guarda, no Palácio do Planalto e um abrigo para operários no Palácio da Alvorada, em Brasília - Distrito Federal, mediante transferência de recursos no valor de NCr$900 000,00 (novecentos mil cruzeiros novos) e pelo prazo de 12 meses, a contar da data de publicação do convênio no Diário Oficial da União.

Relator: Conselheiro ARTURO BUZZI.

Nº 06

PROCESSO Nº 37 173/69-PDF

ASSUNTO: Têrmo de Convênio entre o DISTRITO FEDERAL - Secretaria do Govêrno - e a NOVACAP, para execução de obras na Cidade Satélite de Planaltina - Distrito Federal.

DECISÃO: O Conselho, com o voto do Relator, autoriza a assinatura de um Convênio com o DF - Secretaria do Govêrno, para execução das Metas RA-96 - colocação de meios-fios na Cidade Satélite de Planaltina, no valor de NCr$15 000,00 (quinze mil cruzeiros novos) e RA-97 - construção de 5 (cinco) abrigos para passageiros de ônibus, na mesma Cidade Satélite, no valor de NCr$25 000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros novos), atribuindo-se ao Convênio o valor total de NCr$40 000,00 (quarenta mil cruzeiros novos) e o prazo de 12 (doze) meses na forma da minuta elaborada pela AGEP.

Relator: Conselheiro ARTURO BUZZI.

(7)

Processo nº 45.250/69-SVO anexo ao 38.128/68 ~~Reunião em: 25.06.69~~

Assunto: ILANICIO OLIVEIRA LEAL - recorre ao Conselho de Adm. da decisão da Diretoria que lhe negou a venda do lote comercial nº 11, CNG-5, da Cidade Satélite de Taguatinga.

Decisão: O Conselho, com o voto do relator, indefere o recurso e mantém, integralmente, a decisão da Diretoria, proferida na sua 652a. sessão.
Relator: Conselheiro ARTURO BUZZI.

(08)

PROCESSO:

ASSUNTO : APROVAÇÃO DA PLANTA PR-1/5 DO SETOR DE EMBAIXADAS SUL.

DECISÃO : O Conselho aprova e assina o original da planta PR 1/5, do Setor de Embaixadas-Sul, que modifica a PR 1/4, ajustando-se às exigências para registro em cartório.

a) - SÍLVIO CARLOS TIMENTA JAGUARIBE
a) - ARTURO BUZZI
a) - DELFIM PEREIRA DE ALMEIDA
a) - EDILSON CID VARELA
a) - HÉLIO PROENÇA DOYLE
a) - LUCÍLIO BRIGGS BRITO.

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL

Nº 01

COPIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

560a. sessão

Processo nº 52.394/69-SVO Reunião em 2-7-69

Assunto: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - solicita assinatura de um Convênio com a NOVACAP, para execução dos serviços de impermeabilização no Edifício Sede daquela Côrte.

Decisão: O Conselho, com o voto do relator, autoriza a celebração de um Convênio com o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, para execução de impermeabilização do seu edifício sede, em Brasília, D.F., pelo valor de NCr$220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros novos) e no prazo de 6 (seis) meses.
Relator: Conselheiro EDILSON VARELA.

Nº 2

Processo nº 49.545/68 Reunião em 2-7-69

Assunto: CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DA NOVA CAPITAL - BENECAP - solicita a concessão de um terreno na Cidade Satélite do Gama para instalação de um Pôsto de Subsistência.

Decisão: O Conselho, com o voto do relator, aprova a doação de um lote na Cidade Satélite do Gama, à CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DA NOVA CAPITAL - BENECAP, destinado à instalação de um Pôsto de Subsistência, encaminhando o processo à consideração da douta Assembléia Geral.
Relator: Conselheiro EDILSON VARELA.

nº 03

Processo nº 36.440/69-SVO anexo 20.028/65 Reunião em 2-7-69

Assunto: HEITOR NONATO DA SILVA - encaminha recurso à decisão da Diretoria que lhe negou a venda de lote comercial no Núcleo Bandeirante, em sua 605a. sessão.

Decisão: O Conselho, com o voto do relator e face ao parecer do Senhor Assessor Jurídico da Superintendência, indefere o recurso.
Relator: Conselheiro EDILSON VARELA.

Nº 04

Processo nº 35.052/68 Reunião em 2-7-69

Assunto: Departamento Econômico - propõe a regularização de ÁREAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, no SIA, de acôrdo com as informações da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo.

Decisão: O Conselho, com o voto do relator, aprova a decisão da Diretoria em sua 673a. sessão, e propõe à douta Assembléia Geral que:

1 - seja alterada a escritura pública de doação do lote G, das Áreas de Serviços Públicos no SIA à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL que deve ser substituido pelo lote E, no mesmo Setor, com a anuência da donatária;

2 - a doação do lote G, das Áreas de Serviços Públicos no SIA à FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, de acôrdo com a indicação da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo.

Relator: Conselheiro EDILSON VARELA.

(05)

PROCESSO: Nº 42 607/69 - SVO anexo ao 35 897/69 - SVO

ASSUNTO : COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB - solicita sejam fornecidos os recursos financeiros para pagamento dos funcionários que prestam serviços a àquela Companhia, bem como para aquisição dos combustíveis à sua atividade.

DECISÃO : O Conselho, com o voto do relator, re-ratifica sua decisão/ exarada na 545ª sessão, aprovando a adoção das seguintes providências:

a) - a partir de 1º de janeiro de 1969 seja contabilizada a crédito da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB - a receita pertencente/ ao ex-Departamento de Fôrça e Luz - DFL;

b) - a receita proveniente do fornecimento de energia anteriormente a 31/12/68 deverá ser creditada à NOVACAP;

c) - seja creditado à NOVACAP o acréscimo de patrimônio (incluindo o almoxarifado) havido após/ o levantamento físico-financeiro efetuado para integralização do capital da PDF;

d) - sejam também levadas a crédito da NOVACAP tôdas as despesas efetuadas por esta Companhia/ com a CEB a partir de 1º de janeiro de 1969, tais como combustíveis (óleo, gasolina), for-

necimento de material em geral, aluguél de prédio onde se acha instalada, etc, para posterior acêrto de contas;

e) - a NOVACAP fará adiantamentos à Companhia de Eletricidade de Brasília, destinados ao pagamento de pessoal da QPM-IF, em cumprimento aos Artigos 6º e 7º do Decreto "E", nº 457, de 09/11/66, mediante a contra-prestação de contas através de fôlhas de pagamento, creditando se, se houver, o saldo positivo à NOVACAP para posterior acêrto de contas.

Relator: Conselheiro DELPHO

Ø06)

PROCESSO: 31 127/69 - SVO anexo 37 783/66 Reunião em: 02/07/69

ASSUNTO : MAURÍCIO DA FONSECA BORGES - solicita reconsideração da decisão do Conselho, proferida na 532ª sessão.

DECISÃO : O Conselho, com o voto do relator, revoga sua decisão proferida na 532ª sessão, de 27/11/68 e homologa a decisão da Diretoria, proferida em sua 611ª sessão, de 09/04/68, autorizando a venda de um lote comercial na Asa Norte, ao Senhor MAURÍCIO DA FONSECA BORGES, aos preços e condições vigentes.

Relator: Conselheiro DELPHO.

Ø 07)

PROCESSO: 44 427/69 - SVO, anexo ao 23 498/62

ASSUNTO : BERNARDETE GUEDES DOS SANTOS HAROZINO - interpõe recurso/ ao Conselho da decisão da Diretoria proferida em sua 662ª sessão, que lhe negou a venda do lote nº 46, da QNG-6, em Taguatinga.

DECISÃO : O Conselho, com ov voto do relator, converte em diligência o julgamento do processo, para que seja reexaminado pela/ Diretoria.

Relator: Conselheiro DOYLE.

Relator: Conselheiro DOYLE.

560a. sessão

Nº 08

Processo nº 50.234/69-SVO Reunião em 2-7-69

Assunto: AGEP - propõe seja referendado o ato do Senhor Superintendente, relativo à assinatura de convênio entre a NOVACAP e o DISTRITO FEDERAL, publicado no "Distrito Federal" de 06-6-69- pag. 06, para execução pela NOVACAP, de lançamento mecanizado do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Decisão: O Conselho, com o voto do relator, aprova a decisão da Diretoria, homologando o ato do Senhor Superintendente, alusivo à assinatura de um têrmo de convênio entre a NOVACAP e o DISTRITO FEDERAL, para execução, pela Novacap, do lançamento mecanizado de Impôsto Predial e Territorial.

Relator: Conselheiro DOYLE.

Nº 09

PROCESSO Nº 52 243/69-SVO

ASSUNTO: Cessão da área e obras construídas pela NOVACAP ao CEMITÉRIO SUL do Plano Piloto, à Prefeitura do Distrito Federal.

ASSUNTO: O Conselho, com o voto do relator, aprova a cessão, à Prefeitura do Distrito Federal, da área e benfeitorias construídas pela NOVACAP no Cemitério Sul de Brasília, ouvida a Douta Assembléia Geral.

Relator: Conselheiro DOYLE

Nº 10

PROCESSO Nº 38.121/69-SVO anexo ao 31.120/69-SVO

ASSUNTO: SADY NUNES DA SILVA - interpõe recurso à decisão da Diretoria em sua 655a. sessão, que lhe negou a venda do lote nº 29-QSC-15, da Cidade Satélite de Taguatinga.

DECISÃO: O Conselho, com o voto do relator, converte em diligência o julgamento do processo, para que seja reexaminado pela Diretoria.

Relator: Conselheiro DOYLE.

Nº 11

PROCESSO Nº 51.313/69-SVO

ASSUNTO: Venda de casas isoladas tipo I, de propriedade da NOVACAP, localizadas na Cidade Satélite de Sobradinho - Distrito Federal.

DECISÃO: O Conselho, com o voto do relator e a decisão da Diretoria, aprova:

1 - os laudos de avaliação das casas tipo I, de propriedade da NOVACAP, localizados na Cidade Satélite de Sobradinho - fls. 04/43;

2 - relação dos legítimos ocupantes - fls. 44/49;

3 - o Plano Operacional, com condições de venda e hipoteca ao Banco Nacional de Habitação, fls. 2/3, considerando-se, entretanto, como poupança prévia, a importância relativa à totalidade dos aluguéis até então pagos, que será deduzida do valor total da avaliação aprovada.

Aos servidores impedidos de adquirirem as casas onde residem por não alcançarem a renda familiar para a compra, será garantida a ocupação do imóvel, a título precário, mediante o pagamento da taxa de ocupação de até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da renda mensal, até que a Companhia lhes destine outro imóvel de preço compatível com os seus vencimentos, ou então possam êles comprovar a majoração de sua renda familiar, computando-se em qualquer tempo, o valor total das taxas de aluguéis pagas como amortização do valor da compra.

Relator: Conselheiro ARTURO BUZZI.

Nº 12

PROCESSO Nº 51.911/69-SVO

ASSUNTO: Venda de apartamentos tipos "A" e "B", de propriedade da NOVACAP situados na Superquadra Norte 407/408, em Brasília, DF.

DECISÃO: O Conselho, com o voto do relator e a decisão da Diretoria, aprova:

1 - os laudos de avaliação dos apartamentos da NOVACAP - fls. 04/11;

2 - a relação dos legítimos ocupantes - fls. 12/13;

3 - o Plano Operacional, com condições de venda e hipoteca ao Banco Nacional de Habitação - fls. 2 e 3, considerando-se entretanto, como poupança prévia, a importância relativa à totalidade dos aluguéis até então pagos, que será deduzida do valor total ora aprovado para cada unidade.

Aos servidores impedidos de adquirirem os apartamentos onde residem por não alcançarem a renda familiar para a compra, será garantida a ocupação do imóvel, a título precário, mediante o pagamento da taxa de ocupação de até 25% (vinte e cinco por cento) da renda mensal, até que a Companhia lhes destine outro imóvel de preço compatível com os seus vencimentos, ou então, possam êles comprovar a majoração de sua renda familiar computando-se, em qualquer tempo, o valor das taxas de aluguéis pagas, como amortização do valor da compra.

Relator: Conselheiro ARTURO BUZZI.

Nº 13

Processo nº 48.949/69-SVO

Assunto: 32 (trinta e dois) Servidores do Complexo Administrativo do Distrito Federal, que iniciaram suas casas no SRIA, pelo sistema do "Mutirão" solicitam compra do terreno e financiamento de material e transporte.

Decisão: O Conselho, com o voto do relator, autoriza a venda dos lotes situados nos Conjuntos R e S, da QE-20, do Setor de Indústria e Abastecimento, atual CIDADE DO GUARÁ, aos requerentes constantes de fls. 3, 4 e 5, ao preço de NCr$4,00 o metro quadrado, à vista, e também o financiamento, no valor de NCr$8.500,00, para fornecimento de material e transporte, de acôrdo com a Resolução 65/69, reduzido o prazo para 60 meses, nos têrmos do requerimento de fls. iniciais e mantendo a correção monetária, de acôrdo com a proposta da Diretoria.

Relator: Conselheiro BUZZI.

Nº 14

Processo nº 50.208/69-SVO Reunião em 2-7-69

Assunto: Têrmo de Renovação ao Contrato nº 276/68, celebrado entre a .... NOVACAP e a firma CONSTRUTORA BETER S/A.

Decisão: O Conselho, com o voto do relator, autoriza a adjudicação dos serviços da Praça da Municipalidade, à exceção da urbanização e ajardinamento, à firma CONSTRUTORA BETER S/A, através do Contrato nº 276/68, cujo valor de NCr$120.000,00 passará a ser de NCr$..... NCr$180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros novos), na seguinte forma:

1º - NCr$30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos) para fazer face aos acréscimos de serviços verificados na obra;

2º - NCr$30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos) para cobrir despesas com a construção da Praça da Municipalidade.

O prazo do contrato fica prorrogado até 06 de setembro de 1969.

Relator: Conselheiro BRIGGS.

(15)

PROCESSO: Nº 46 077/69 - SVO anexo ao 9 535/67

ASSUNTO : SOCIEDADE INSTITUTO SANTA TEREZINHA - requer a doação de parte do valor de uma área adquirida no Plano Piloto para instalação de uma Escola de Recuperação de Crianças Surdas-Mudas.

DECISÃO : O Conselho, com o voto do relator, indefere o pedido, face/ ao pronunciamento da douta Assembléia Geral, em casos semelhantes.

Relator: Conselheiro BRIGGS BRITO.

COMPANHIA

Nº 16

Processo nº 53.227/69-SVO Reunião em 2-7-69

Assunto: AGEP - encaminha reformulação do ORÇAMENTO ANALÍTICO DA NOVACAP, face à alteração do orçamento sintético, aprovado pelo Exmo. Senhor Prefeito do Distrito Federal, através do Decreto - 1.024, de 1-7-69.

Decisão: O Conselho, com o voto do relator, aprova o ORÇAMENTO ANALÍTICO DA NOVACAP, de acôrdo com as alterações propostas, tendo em vista os compromissos financeiros com a CAESB - Companhia de Água e Esgotos de Brasília e CEB - Companhia de Eletricidade de Brasília e a aplicação do superavit do exercício de 1968.

Relator: Conselheiro ROLF.

a) Sílvio Carlos Pimenta Jaguaribe

a) Rolf Goeden Pieper

a) Edilson Cid Varela

a) Lucílio Briggs Brito

a) Arturo Bussi

a) Hélio Proença Doyle

a) Delpho Pereira de Almeida.

A T A DA SEXCENTÉSIMA SETUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL.

Aos dezesseis dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e nove, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou-se a 671a. sessão da Diretoria, sob a Presidência do Doutor SILVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE e com a presença dos Senhores Diretores CLÓVIS PEREIRA DE MORAIS, HUGO MARTINS BORGES e NELSON OMEGNA. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o Senhor Presidente apresentou à apreciação dos Senhores Diretores o esquema de providências sob a responsabilidade da - Novacap, em relação à CAESB, contido no processo nº50.889/69 SVO. O esquema abrange, principalmente, os compromissos financeiros com a Companhia ora em constituição. Após o exame da matéria, foi proferida a seguinte decisão: " A Diretoria aprova os critérios a serem adotados pela NOVACAP em relação às suas obrigações com a CAESB, de acôrdo com a exposição do Senhor Superintendente, e submete-os à consideração do Egrégio Conselho de Administração. " A seguir, foram apreciados os seguintes processos em pauta: 2º) - Diversos processos encaminhados pelo ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, propondo a regularização de venda aos ocupantes atuais dos terrenos. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com a Resolução nº 54/67 do Egrégio Conselho de Administração, autoriza a venda dos lotes na Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, aos respectivos ocupantes abaixo relacionados, ao preço e condições atuais, e com as cautelas enunciadas no final do parecer do Senhor Assessor Jurídico da Superintendência: Proc. 40.486/69-SVO - NICÁSIO - ATIENZA ROMERO - lote 1 470 - 3a. Av. Com; Proc.37 142/69 - SVO - AUTO ELÉTRICA NACIONAL LTDA - lote 1 405 - B - Tipo - Ofício - Avenida Central; Proc. 11 142/68 - JACILDO ROSA TOLEDO - lote 1 440 - Tipo Com. Setor 3a. Avenida; Proc. - 42.109/69-SVO - HANNA HADDAD - lote 625 - Setor Central Comércio; Proc. 38 687/69-SVO - ANTÔNIO EVANGELISTA TRONCHA - lote 1 375-B - Setor Central Ofício; Proc. 38 690/69-SVO - MANOEL PEDRO DE BRITO - lote 1 550-B - Setor 3a. Avenida - Ofício; Proc. 37 977/69-SVO - GRACIOSO SERAFIM & Cia. Ltda. lote 1 120-B - Setor 3a. Avenida Ofício; Proc. 36 458/69 - SVO - WALDEMAR DOMINGUES DOS SANTOS - lote 1 090-B - Setor 3a. Avenida - Ofício; Proc. 38 695/69-SVO - WALDEMAR ALVES DE MAGALHÃES - lote 1 415 - Setor Av. Central - Comércio; - Proc. 38 693/69-SVO - JOSÉ LUIZ GONÇALVES - lote 1 405 - A Setor Av. Central - Ofício; Proc. 35 848/69-SVO - HELENA - PFEIFER CUNHA - lote 1 040 - Setor 3a. Avenida - Comércio - Proc. 39 487/69-SVO - ANA DE OLIVEIRA - lote 990-A - Setor 3a. Avenida - Ofício; Proc. 37 143/69-SVO - GABRIEL DE PAULA MENDES - lote 1 395-A - Av. Central Tipo Ofício; Proc. - 09 439/66 - FELIPPO LOVOI - lote 510-A - 3a. Av. Ofício; - Proc. 36 996/69-SVO - AMÉLIA DA SILVA ARAUJO - lote 1 050 - 3a. Avenida Comercial; Proc. 37 144/69-SVO - DEOLINDA SABINO VAZ - lote 1 030-A - 3a. Av. Ofício; Proc. 36 993/69-SVO JOSÉ NUNES PEREIRA - lote 1 010-A - 3a. Av. Ofício; Proc. - 36 451/69-SVO - NEUZICE NASCIMENTO DE SOUZA - lote -1 030 - B - 3a. Av. Ofício; P roc. 36.994/69-SVO - ADEMAR DE PAIVA BENDO - lote 1 365-B - Av. Central Tipo Ofício; Proc.36 995/ 69-SVO - SHIGUESHI NAKIGUSSA - lote 1 345-A - 3a. Av. Tipo Ofício; Proc. 38 692/69-SVO - MIGUEL MONTEIRO - lote 1 550- 3a. Av. - Com; Proc. 33 339/66 - IRMÃOS MOUTROPOULOS LTDA - lote 1 060 - 3a. Avenida Comercial; Proc. 23 129/68 - JÚLIO CAETANO DE SOUZA - lote 1 425 - Av. Central Comercial; Proc 38 689/69-SVO - GERENIAS ESTULANO GARCIA - lote 1 385-B Av. Central Tipo Ofício; Proc. 38 172/69-SVO - ARNALDO ISIDIO - DAS NEVES - lote 1 040 - A - 3a. Av. Tipo Ofício; Proc. - 38 697/69-SVO - AGRÍCIO BRAGA - lote 1 355 - Av. Central Comercial; Proc. 40 489/69-SVO - REVALINO DE ALMEIDA - lote- 1 500 - 3a. Av. Comercial; Proc. 46 680/69-SVO - RAIMUNDO - BONATO MOREIRA - lote 1 070-A - B1.990/1 120 - Tipo Ofício- 3a. Avenida; Proc. 35 844/69-SVO - GERALDO MUNIZ DE SOUZA - lote 510 -B - Setor 3a. Avenida - Tipo Ofício; Proc.37 465/ 69-SVO - TOYOKO SEKI - lote 1 375-A - Tipo Ofício - Setor Avenida Central. Proc. 38 694/69-SVO - COMÉRCIO DE BEBIDAS E CEREAIS PROGRESSO LIMITADA - lote 1 520 - Setor 3a. Avenida Tipo Comércio; Proc. 23 132/68 - VITIMADO JOSÉ DE ARAUJO - lote 1 325-A - Av. Central Tipo Ofício; Proc. 33 054/68 - SOCIEDADE AGRO-COMERCIAL PAULISTA LIMITADA - lote 1 365 - Setor Av. Central Comercial; Proc. 37 466/69-SVO - PATRÍCIA RAIMUNDO DE SOUZA - lote 1 020-A - tipo Ofício - Setor 3a. Avenida; Proc. 38.174/69-SVO - KIKO OHIRA - lote 1 355-A Setor Av. Central - Tipo Ofício; Proc. 40 487/69-SVO - SABURO

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL
Gabinete da Superintendência
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIAIS

ITO - lote 1 385 - Av. Central - tipo Comercial; Proc. - 38 688/69-SVO - JOCILA ALVES DE SOUZA - lote 565-A - Setor- Av. Central - Tipo Ofício; Proc. 38 696/69-SVO - JOÃO BATISTA SANTOS - lote 1 420-B- Setor 3a. Avenida - Tipo Ofício ; Proc. 36 452/69-SVO - MARIA MOREIRA DA SILVA - lote 990- B Tipo Ofício - 3a. Avenida; Proc. 37 477/69-SVO - CHUKICHI - ABE - lote 1 010-B - Setor 3a. Avenida - Tipo Ofício; Proc- 37 456/69-SVO - RENATO FERREIRA BARBOSA - lote 1 395 -Setor Av. Central - Comercial; Proc. 36 453/69-SVO - ORLANDO RO - DRIGUES CRUZ - lote 1 405 - Setor Avenida Central Comercial Proc. 36 449/69-SVO - HITOMI KISHIMOTO - lote 1 375 - Setor Avenida Central Comercial; Proc. 37 458/69-SVO - EVIO LYRA CAVALCANTE - lote 1 480 - Setor 3a. Avenida - Comércio;Proc 38 173/69-SVO - CARNEIRO & PORTELA LTDA - lote 1 395-B Se - tor Avenida Central - Tipo Ofício; Proc. 37 976/69-SVO - MÁ RIO MORECI - lote 1 335-B - Av. Central Tipo Ofício; Proc . 40 049/67 - MIYOKO ENOKI - lote 1 020-B - 3a. Avenida Ofício Proc. 38 691/69-SVO - LUCA BUGANU - lote 1 530 - 3a. Av. Comercial." Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 3º) - Diversos processos encaminhados pelo ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO DO GAMA, propondo a regularização da venda de lotes aos ocupantes que já assinaram os respectivos contratos e quitaram os preços dos terrenos. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a venda de lotes na Cidade Satélite do G A M A aos seus respectivos ocupantes, abaixo relacionados, tendo em vista que os contratos estão assinados pe - las partes e os preços dos terrenos devidamente quitados : Proc. 47 002/69-SVO - RAIMUNDO PINHEIRO BASTOS - lote 18-Q. 26 - Setor Leste Resid; Proc. 47.000/69-SVO - OSVALDO ANTONIO DE ARAUJO - lote 99 -Q.19 - Setor Leste Resid; Proc. - 47.193/69-SVO - MILTON PEDRO BELLOTI - lote 48-Q. 12 - Se - tor Leste Resid; Proc. 47.317/69-SVO - MANOEL SIQUEIRA DE LIMA - lote 34-Q. 24- Setor Leste Resid; Proc. 45.651/69 - SVO - FRANCISCO ASSIS DE ANDRADE - lote 04-Q.38 - Setor Leste Resid; Proc. 47.005/69-SVO - ERINALDO PEREIRA DE ARAGÃO- lote 15-Q. 39 - Setor Leste Resid; Proc. 48.654/69-SVO- CIRILO FERREIRA - lote 81-Q.07 - Setor Leste Resid; Proc. - 48.104/69-SVO - MARIA DA PAIXÃO ALVES RODRIGUES - lote 67 - Q. 18 - Setor Leste Resid; Proc. 48.664/69-SVO - EUGÊNIO AUGUSTO ROSATTI - lote 54-Q. 26- Setor Leste Resid; Proc. - 32.583/69-SVO - JOSÉ RITA DOS REIS - lote 44-Q. 22 - Setor Leste Resid; Proc. 46.679/69-SVO - ILDA PINTO BOTELHO -lote 53-Q. 02 - Setor Leste Resid; Proc. 48 658/69-SVO - JOSÉ DE ARAUJO CHAVES - lote 01-Q.18 - Setor Leste Resid; Proc. - 48 111/69-SVO - JUDITH MOREIRA CUNHA - lote 15-Q.41 - Setor Leste Comer; Proc. 48 112/69-SVO - ELZA DA TRINDADE REZENDE lote 41-Q. 18 - Setor Leste Resid; Proc. 48.103/69-SVO-JOÃO FERREIRA BATISTA SIMÕES - lote 83-Q.19 - Setor Leste Resid. Proc. 48 652/69-SVO - RAIMUNDO MENDES DE SOUZA - lote 08-Q. 38 - Setor Leste Resid; Proc.48 653/69-SVO - OSVALDO NUNES- lote 65-Q.12 - Setor Leste Resid; Proc. 48.660/69-SVO - AMIR GOMES DA MATA - lote 56-Q. 12 - Setor Leste Resid; Proc. - 47 008/69-SVO - Arlindo Ribeiro de Castro - lote 07-Q.25 - Setor Leste Comer; Proc. 47 004/69-SVO - LUIZ PINHEIRO DE SOUZA - lote 72-Q. 19 - Setor Oeste Resid; Proc. 47 007/69- SVO - PERCINIO AZEVEDO - lote 02-Q. 18 - Setor Leste Resid. Proc. 47 318/69-SVO - LIRA GONÇALVES DOS SANTOS - lote 46 - Q. 28 - Setor Leste Resid; Proc.47 324/69-SVO - ADHEMAR TEI

NC
CONFERE

Gabinete
SECRETARIA

MOD. 28 / D. AD-DM

XEIRA DA COSTA - lote 92-Q. 07 - Setor Oeste Resid." Rela - tor: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 4º) - Diversos processos encaminhados pelo ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO DO NÚCLEO BANDEIRANTE - propondo a regularização da venda de lotes - aos ocupantes que já assinaram os respectivos contratos e quitaram os preços dos terrenos. DECISÃO: " A Diretoria,com o voto do relator, autoriza a venda de lotes na Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, aos seus respectivos ocupantes, abaixo relacionados, tendo em vista que os contratos estão- assinados pelas partes e os preços dos terrenos devidamente quitados: Proc. 47 191/69-SVO - MARIA MARGARIDA DE VASCONCELOS SOUZA - lote 08 Bl. 1.140 - Setor 2a. Av. Resid; Proc . 47 194/69-SVO - JOÃO FREIRE DE SOUZA - lote 07 Bl. 860 - Setor 2a. Av. Resid." Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 5º) - Diversos processos encaminhados pelo ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO DE SOBRADINHO, propondo a regularização da venda de lotes aos ocupantes que já assinaram os respectivos - contratos e quitaram os preços dos terrenos. DECISÃO: " A - Diretoria, com o voto do relator, autoriza a venda de lotes na Cidade Satélite de Sobradinho, aos seus respectivos ocupantes, abaixo relacionados, tendo em vista que os contra - tos estão assinados pelas partes e os preços dos terrenos - devidamente quitados: Proc. 47 424/69-SVO - SEBASTIÃO BARBOSA DA SILVA - lote 48 - "C" - Q.09; Proc. 47 340/69-SVO- ANTONIO PEREIRA - lote 34 - "C" - Q. 09; Proc. 47.385/69- SVO MATILDE FERREIRA DE SOUZA - lote 40 - "C" - Q. 11; Proc. - 47 323/69-SVO - PEDRO JUSTINO DE CARVALHO - lote 03-Bl. 14- Setor Comercial; Proc. 47 421/69 SVO - JOSÉ AUGUSTO PEREIRA lote 20 "C" - Q.10; Proc. 47 454/69-SVO - LUCIANO JOSÉ DE - SOUZA - lote 03 "F" - Q. 10; Proc. 47 451/69-SVO - APOLÔNIO GABRIEL DE ALBUQUERQUE - lote 15 - "G" - Q. 13; Proc.46 503/ 69-SVO - VITORINO LOPES MILHOMEN - lote CL.23 - Q. 03 - Se - tor Comercial." Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais . 6º - Diversos processos encaminhados pelo ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO DE SOBRADINHO, propondo a regularização da venda de lotes aos ocupantes que já assinaram os respectivos contra - tos e quitaram os preços dos terrenos. DECISÃO: " A Direto - ria, com o voto do relator, autoriza a venda de lotes na Cidade Satélite de Sobradinho, aos seus respectivos ocupantes, abaixo relacionados, tendo em vista que os contratos estão - assinados pelas partes e os preços dos terrenos devidamente quitados: Proc. 48 661/69-SVO - EXPEDITO MARQUES DA ROCHA - lote CL-18 - Q.5 - Setor Comercial; Proc. 48 663/69-SVO - JOÃO VIEIRA LINS - lote 24 - "C" - Q.11; Proc. 48 651/69 SVO ODETE OLIVEIRA - lote 19 - "C" - Q.04; Proc. 46 670/69 - SVO HELENO ALVES DA SILVA - lote 06 - "B"-Q.05; Proc. 48 665/69- SVO- JOSÉ SOARES DA SILVA - lote 17 - "E" - Q.10; Proc. - 48.666/69-SVO - JOÃO VIEIRA NETO - lote 32 - "C" - Q. 05 Proc. 46 501/69-SVO - LUIZ TERTULIANO DA SILVA - lote 16 "E" Q.05; Proc. 02 213/65 - JOSÉ CUPERTINO DE OLIVEIRA SANTOS - lote 57 - "D" - Q.09; Proc. 47 400/69-SVO - LUZIA APARECIDA DE JESUS - lote 23 - "C" - Q.06; Proc. 47 404/69-SVO -FRAN - CISCO ANTONIO DE CARVALHO - lote 24 -"H" - Q.10; Proc. - 47 322/69-SVO - MARIA DA CONCEIÇÃO NUNES - lote 62 - "C" - - Q.13; Proc. 47 452/69-SVO - JOSÉ LOPES PEREIRA - lote 05 "D" Q.12; Proc. 47 423/69-SVO - IRACEMA DE SOUZA MOREIRA - lote- 15 - "D" - Q.09; Proc. 47 320/69-SVO - SIMÃO RIBEIRO DA SILVA - lote 44 - "F" - Q.13; Proc. 47 455/69-SVO - PETRONIO TI

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL

Gabinete do Superintendente
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

MOD. 28 / D. AD-DM

NO - lote 02 - "C" - Q.10; Proc. 47 453/69-SVO - ANTONIO TEODORO ALVES - lote 01 - "D" - Q.15; Proc. 47 420/69- SVO- JOSÉ FERNANDES DOS SANTOS - lote 43 - "C" - Q.10; Proc. - 47 422/69 - SVO - JOSÉ BERNARDINO DE LIMA - lote 53 - "E" - Q.09; Proc. 47 321/69-SVO - LUIZ GONZAGA QUIXADÁ - lote 19- "C" - Q.10; Proc. 47 457/69-SVO - RAIMUNDA SOUZA BATISTA - lote 02 - "E" - Q.13; Proc. 47 456/69-SVO - DELVAIR MOREIRA lote 10 - "C" - Q.13." Relator: Diretor Clóvis Ferreira da Morais. 7º) - Diversos processos encaminhados pelo ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO DE TAGUATINGA, propondo a regularização da venda de lotes aos ocupantes que já assinaram os respecti - vos contratos e quitaram os preços dos terrenos. DECISÃO : " A Diretoria, com o voto do relator, autoriza a venda de lotes na Cidade Satélite de Taguatinga, aos seus ocupantes, abaixo relacionados, tendo em vista que os contratos estão- assinados pelas partes e os preços dos terrenos devidamente quitados: Proc. 48 448/69-SVO - JONAS JOSÉ DOS SANTOS -lote 21 - QS-01 - "E" ; Proc. 48 531/69-SVO - FREDERICO ANTONIO DE OLIVEIRA - lote 23 - CS-05 - "E" ; Proc. 48 405/69-SVO - ROQUE OLIVEIRA - lote 28 - QN-04 - "H"; Proc. 48 107/69-SVO CONSTRUTORA IPÊ LIMITADA - lote 21 - C-12 - bl. N - Setor - Central; Proc. 48 147/69-SVO - NAZARETH PEREIRA LEMOS -lote 29 - QN-04 - "B"; Proc. 48 524/69-SVO - SASSIME CHATER-lote 21 - C-12 - bl. M - Setor Central; Proc. 48 145/69-SVO-AL - MON BOTELHO ALVARENGA - lote 30 - QN-49 - "A"; Proc.48 529/ 69-SVO - SASSIME CHATER - lote 05 - C-12 - bl. N - Setor - Central; Proc.48 100/69-SVO - JOÃO RODOVALHO DA SILVA -lote 01 - QS-22 - "E"; Proc. 48 525/69-SVO - JOSÉ PEREIRA VILLA- ÇA - lote 09 - QN-07 - "G"; Proc. 48 102/69-SVO - ELIZA HEN RIQUETA DE ALCÂNTARA - lote 05 - QN-05 - "E"; Proc.48 451 / 69-SVO - SEBASTIÃO GOMES DE ANDRADE - lote 07 - Qn-02 -"H"- Proc. 48 553/69-SVO - SIMÃO VITOR DE LUCENA - lote 39-QN-28 "E"; Proc. 48 106/69-SVO - FRANCISCO VICENTE DE FIGUEIREDO- lote 08 - QN-49 - "D"; Proc. 48 404/69-SVO - JOÃO MOREIRA - DOS SANTOS - lote 06 - QN-44 - "G"; Proc. 48 452/69-SVO - ETELVINO BISPO DOS SANTOS - lote 27 - QN-10 - "H"; Proc. - 48 530/69-SVO - JOSÉ NASCIMENTO DE JESUS - lote 17 - QS- 24 "D" ; Proc. 48 552/69-SVO - JOSÉ FERNANDES JALES - lote 48- QS-07 - "E"; Proc.38 807/62 - MÁXIMO FLORENTINO DOS SANTOS- lote 20 - QN-43-"D"; Proc. 48 101/69-SVO - JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA - lote 25 - QS-06 - "B"; Proc. 40 568/62 - PAULINO - ARAUJO OLIVEIRA - lote 22 - QN-25 - "D"; Proc. 48 108/69-SVO FRANCISCO ADAUTO CAMPOS - lote 12 - QS-09 - "E"; Proc. - 01 041/63 - HONORATO HOZANA BATISTA - lote 09 - QN-14-"B" - Proc. 48 408/69-SVO - PEDRO FIDYK - lote 40 - QN-30 - "G" - Proc. 38 242/62 - ALZENIR SANTOS LEITE - lote 07 - QN-35 - "D"; Proc. 46 545/62 - JOSÉ DE RIBAMAR DO NASCIMENTO - lote 37 - QS-30 - "D"; Proc. 13 711/63 - PEDRO IZIDRO DE MORAES- lote 08 - QS-06 - "E"; Proc. 00 870/63 - MIGUEL JACÓ DE CARVALHO - lote 13 - QN-14 - "E"; Proc. 30 110/62 - SEBAS - TIÃO MEIRA RODRIGUES - lote 15 - QN-21 - "E"; Proc.01 802 / 63 - JOÃO ANTONIO DA SILVA - lote 19 - QS-29 - "D"; Proc. - 42 365/62 - JOAQUIM LEMOS - lote 27 - QN-44 - "G"; Proc. - 09 569/63 - DANIEL HENRIQUE DO NASCIMENTO - lote 30 - QS-28 "D"; Proc. 10 473/63 - RAIMUNDO GOMES DA SILVA - lote 03 - QS-27 - "D"; Proc. 12 487/63 - ADALCINA DE BARROS BALBINA - lote 18 - QN-09 - "H"; Proc. 09 566/63 - PAULO PEREIRA FRAN ÇA - lote 33 - QS-20 "D"; Proc. 25 291/62 - HERCULANO DA CONCEIÇÃO LÔBO - lote 33 - QS-19 - "D"; Proc.18 091/62-JOÃO ANTÔNIO NUCOLI - lote 39 - QN-41 - "G"; Proc.33 204/69 - FRANCISCO DAS CHAGAS SOUZA - lote 26 - QN-19 - "D"; Proc. - 45 827/68 - MAURO BISPO DE SOUZA - lotes 19, 20 e 21 -QI-03 Setor Industrial; Proc. 07 447/63 - EDELSON OLIMPIO DE RE SENDE - lote 16 - QN-07 - "H"; Proc. 48 144/69-SVO - LETÍ - CIA PÓVOA CONCEIÇÃO - lote 13 - QN-08 - "B"; Proc.48 535/69 SVO - WILMA CLEMENCE - lote 17 - QS-05 - "C"; Proc.31 832 / 62 - IVANILDE MORAES PACHELLI - lote 20 - QN-10 - "F";Proc. 00 871/63 - GERALDO MARTINS DE OLIVEIRA - lote 38 - QN-34 - "D"; Proc. 48 098/69-SVO - WALDEMAR PEREIRA DE FREITAS-lote 26 - CS-01 - "D"; Proc. 26 032/63 - EDSON VELOSO VIEIRA - lote 13 - C-3 Set. Central; Proc. 48 550/69-SVO - SASSIME - CHATER - lote 22 - C-12 - Bloco M - Setor Central; Proc. - 28 691/62 - MARIA OLÍVIA DE SOUZA - lote 07 - QS-10 - "E"- Proc. 48 549/69-SVO - ANTONIO IZIDÓRIO DE OLIVEIRA - lote - 30 - QN-03 - "D"; Proc. 48 109/69-SVO - MAKOTO UCHIDA -lote 01 - QS-18 - "C"; Proc. 48 528/69-SVO - DALVA DIAS DA SILVA lote 18 - QS-23 - "D"; Proc.48 551/69-SVO - JOSÉ SEVERINO - DE SANTANA - lote 38 - QS-30 - "D"; Proc.48 555/69-SVO-JOEL ARRAES - lote 14 - CN-05 - "B"; Proc.43 483/62 - FLORAMIRA- ROSA FILGUEIRAS - lote 45 - QS-16 - "E"; Proc.08 407/63- JU RANDIR ALVES DOS SANTOS - lote 11 - QN-44 - "G"; Proc. - 14 079/63 - NEUZA GOMES DOS SANTOS - lote 15 - QN-57 - "D"- 48 403/69-SVO - JOSÉ LEMOS DE SOUZA - lote 22 - QS-06 -"B"- 30 661/62 - JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO - lote 01 - QS-22 - "D"; Proc. 48 527/69-SVO - JOSÉ WALDEMAR FARIA - lote 11 - QS-11 - "B"; Proc. 31 067/62 - BRIVALDO FERREIRA DA SILVA - lote 11 - QN-05 - "D"; Proc. 48 449/69-SVO - EDILZA FÉLIX - DE ARAUJO - lote 03 - QN-06 - "C"; Proc. 28 452/62 - ALZIRA MENDES DA SILVA - lote 29 - QN-33 - "G"; Proc. 47 403/69 - SVO - ADIB MOHAMAD KASSEM - lote 21 - CN-01 - "G"; Proc. - 25 896/62 - ADHERBAL DIAS JAMEL EDIM - lote 06 - QN-30-"D"- Proc. 46 887/69-SVO - JOÃO ANÍSIO DE SOUZA - lote 17 -QN-07 "G"; Proc. 22 244/68 - CELINA TOMAZ FAGUNDES - lote 24 -QS- 7 - "B"; Proc.46 244/62 - ANTÔNIO MELO MARTINS - lote 06 - QN-22 - "F"; Proc.48 554/69-SVO - MARIA JOSÉ VASCONCELOS - COUTO - lote 42 - QN-30 - "G"; Proc. 48 146/69-SVO - S.A. - EMPRÊSA DE VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE - VARIG - lotes 39,40 41 e 42, QI. 3 - Setor Industrial." Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 8º) - Processo nº 47 757/69-SVO, em que ANTONIA DIVINA VENTURA - solicita apartamento na SQN-407/08 "Conjunto São Jorge", com o total de 7 110 pontos. DECISÃO: " A Diretoria indefere o pedido de distribuição de apartamento na SQN-407/408 - "Conjunto São Jorge" - a ANTONIA DIVINA VENTURA, tendo em vista que o marido da servidora foi contemplado com casa no SRIA, conforme processo nºs 44 454/ 69 e 44 495/69." Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 9º) - Processo nº 36 473/69-SVO, onde o MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - 6a. Zona Aérea - apresenta proposta para pagamento de 11 (onze) projeções na SQN-204. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do relator, aprova a proposta do MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA para pagamento de 11 (onze) projeções na SQN 204, nas seguintes condições: 1 - uma parcela inicial no valor de NCr$ 517 750,00(quinhentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta cruzeiros novos), no ato da assinatura da escritura; 2 - 3 (três) parcelas iguais, anuais e consecutivas, de NCr$ 217 000,00 (duzentos e dezessete mil cruzeiros-

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL
Gabinete da Superintendência
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

MOD. 26 / D. AD-DM

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL
Gabinete da Superintendência
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

MOD. 26 / D. AD-DM

novos),vencendo-se a primeira 12 (doze) meses após o paga - mento da parcela inicial. Encaminha o processo à considera- ção do Egrégio Conselho de Administração. Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 10º) - Processo nº 50 420/68, em que o Gabinete do Senhor Prefeito - indica o nome do Senhor ALOISIO HENRIQUE DOS SANTOS NETO, servidor do complexo admi nistrativo do Distrito Federal, para ocupar o apartamento - nº 202, Bloco E - Superquadra 407/408 - Norte. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do relator, autoriza a locação do apar tamento nº 202 - Bloco E - Superquadra 407/408 - Norte, ao servidor ALOISIO HENRIQUE DOS SANTOS NETO, conforme indica- ção do Gabinete do Senhor Prefeito do Distrito Federal."Re- lator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 11º) - Processo nº 49 084/69, em que o Departamento de Administração - propõe a revogação da Instrução de Serviço de 28-2-69 e a centrali- zação na Divisão do Pessoal, de todas as atividades de admi nistração do pessoal. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do relator, aprova a nova estrutura da Divisão do Pessoal,cons tante do Anexo I, e a consequente extinção da vigente(Anexo II), visando à centralização dos serviços e economia finan- ceira."Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 12º) - Processo nº 19 492/68, referente a Anulação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 002/69-CPC-1, para alienação de 8 000(oito mil) litros de óleo Bitex Motor -Oil-30, p/ motor 2T, em embala- gem de 1/2 litro, de propriedade da NOVACAP. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do Relator e considerando o parecer - da Divisão do Material, ANULA a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº002/ 69-CPC-1. Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 13º) Processo nº 45 356/69, onde a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓ- VEIS RESIDENCIAIS - apresenta estudo sôbre a VENDA DAS CA- SAS ISOLADAS, tipo I, de propriedade da NOVACAP, situadas na Cidade Satélite do Gama. DECISÃO: " A Diretoria, face à ex posição do relator e de acôrdo com a Resolução nº 65/69, re solve aprovar: 1 - O laudo de avaliação das casas de pro - priedade da Novacap, na Cidade Satélite do Gama(fls. 3 a 6); 2 - A relação dos legítimos ocupantes(fls. 7 a 13); 3 - O plano operacional, com condições de venda e hipoteca ao Ban co Nacional de Habitação, (fls. 2), considerando-se, entre- tanto, como poupança prévia, a importância relativa à tota- lidade dos aluguéis até então pagos, que será deduzida do valor total ora aprovado para cada unidade. Aos servidores- impedidos de adquirirem a casa onde residem por não alcança rem a renda familiar exigida para a venda, será garantida a ocupação do imóvel, a título precário, mediante o pagamento da taxa de ocupação de até o máximo de 25%(vinte e cinco - por cento) da renda mensal, até que a Companhia lhes destine outro imóvel de preço compatível com os seus vencimentos ou então, possam êles comprovar a majoração de sua renda fa miliar, computando-se, em qualquer tempo, o valor total das taxas de aluguéis pagas, como amortização do valor da compra. Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 14º) - Processo nº 45 978/69-SVO, onde a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS - RESIDENCIAIS - apresenta estudo sôbre a VENDA DAS CASAS ISO LADAS, tipo I, de propriedade da NOVACAP, situadas na Cida- de Satélite de Taguatinga. DECISÃO: " A Diretoria, face à exposição do relator e de acôrdo com a Resolução nº 65/69 , resolve aprovar: 1 - O laudo de avaliação das casas de pro- priedade da Novacap, na Cidade Satélite de Taguatinga(fls . 3 a 6); 2 - A relação dos legítimos ocupantes (fls. 7 a 10); 3 - O plano operacional, com condições de venda e hipoteca- ao Banco Nacional de Habitação (fls. 2), considerando-se,en tretanto, como poupança prévia, a importância relativa à totalidade dos aluguéis até então pagos, que será deduzida do valor total ora aprovado para cada unidade. Aos servido- res impedidos de adquirirem a casa onde residem por não al cançarem a renda familiar exigida para a venda, será garan- tida a ocupação do imóvel, a título precário, mediante o pa mento da taxa de ocupação de até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da renda mensal, até que a Companhia lhes destine outro imóvel de preço compatível com os seus vencimentos, ou então, possam êles comprovar a majoração de sua renda familiar, computando-se, em qualquer tempo, o valor total das taxas de aluguéis pagas, como amortização do va lor da compra." Relator: Diretor Hugo Martins Borges. 15º) Processo nº 48 261/69-SVO, em que o Departamento de Viação- e Obras, solicita dispensa de TOMADA DE PREÇOS, para aquisi ção de adubos, inseticidas e fungicidas, destinados à Divi- são de Parques e Jardins, diretamente da SECRETARIA DE AGRI CULTURA E PRODUÇÃO da PDF. DECISÃO: " A Diretoria, face à exposição do relator, encaminha o processo à consideração - do Egrégio Conselho de Administração, opinando pela dispen- sa de Tomada de Preços e pela autorização para adquirir di- retamente da SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO - Funda - ção Zoobotânica do Distrito Federal, os materiais solicita- dos pela Divisão de Parques e Jardins - D.V.O., cujo valor- é estimado em Ncr$ 43 027 00 (quarenta e três mil, vinte e sete cruzeiros novos)." Relator: Diretor Hugo Martins Bor - ges. 16º) - Processo nº 45 761/69-SVO, referente a TOMADA - DE PREÇOS nº 032/69-CPC-2, para execução de revestimento de taludes em terra, com lajotas de concreto prémoldado, no Plano Pilôto e adjacências de Brasília D.F. DECISÃO: " A Di retoria, face à exposição do relator, homologa a TOMADA DE PREÇOS nº 032/69-CPC-2 e autoriza a contratar com a firma IRFASA - SOCIEDADE CONSTRUTORA LIMITADA, a execução de re - vestimento de taludes em terra, com lajotas de concreto pré moldado, no Plano Piloto e adjacências, em Brasília - Dis - trito Federal, pela redução única e global proposta de 27% (vinte e sete por cento) sôbre a Tabela de Preços Base do D.V.O., conferindo-se ao contrato o valor de Ncr$100 000,00 (cem mil cruzeiros novos), com oscilação de 25%(vinte e cin co por cento), conforme prevê o Parágrafo Único do Item 14 do Capítulo VI do Edital e prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da data de emissão da respectiva - "Ordem de Serviço". Relator: Diretor Hugo Martins Borges . 17º) - Processo nº 44 887/69-SVO, referente a TOMADA DE - PREÇOS nº 030/69-CPC-2, para execução de terraplenagem me canizada nas Cidades Satélites de Taguatinga, Sobradinho , Gama, Planaltina, Brazlândia e Núcleo Bandeirante - DF. DE- CISÃO: " A Diretoria, face à exposição do relator, homologa a TOMADA DE PREÇOS nº 030/69-CPC-2 e autoriza a contratação com a firma ENGEMAC S/A - ENGs., MÁQUINAS E CONSTRUÇÕES, da execução de terraplenagem mecanizada nas Cidades Satélites- de Taguatinga, Sobradinho, Gama, Planaltina, Brazlândia e Núcleo Bandeirante, pelo acréscimo proposto de 8%(oito por cento)sôbre a Tabela de Preços Unitários discriminada no Capítulo I do Edital, atribuindo-se ao contrato, o valor de

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL
Gabinete do Secretário
SECRETARIA

MOD. 26 / D. AD-ON

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL
Gabinete do Secretário
SECRETARIA

MOD. 26 / D. AD-ON

Ncr$ 340 000,00 (trezentos e quarenta mil cruzeiros novos) com variação de 25% (vinte e cinco por cento) para mais ou para menos, conforme estabelece o parágrafo único do Item 13 do Capítulo VI do Edital e prazo de 150(cento e cinquenta - dias, contados a partir da data de emissão da 1a.(primeira) "Ordem de Serviço". " Relator: Diretor Hugo Martins Borges . 18º) - Processo nº 95.577/69-SVO, referente a TOMADA DE PREÇOS nº 016/69-CPC-1, para aquisição de tubos de cimento amianto - classe 15 - c/luvas, destinados ao Departamento de Água e Esgotos. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do relator, homologa a TOMADA DE PREÇOS nº 016/69-CPC-1 e autoriza a adjudicação à firma SOCIEDADE ANÔNIMA TUBOS BRASILIT do - fornecimento do material solicitado, pelo valor global proposto de Ncr$ 638 404,66(seiscentos e trinta e oito mil, quatro centos e quatro cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), nêle incluídos todos os impostos, nos prazos previstos no - Edital, sendo aplicada a multa de 1%(um por cento) por dia de atraso na entrega do material, que deverá ser feita no Almoxarifado do Departamento de Água e Esgotos, localizado no Setor de Indústria e Abastecimento, como prevê o Item II do Capítulo IV do Edital de Tomada de Preços." Relator: Diretor Hugo Martins Borges. 19º) - Processo nº 49 003/69-SVO, em - que o Departamento de Edificações solicita dispensa de Tomada de Preços e aprovação de proposta para execução e montagem de telhas de concreto armado pré-moldadas, no parque infantil da Torre de TV. DECISÃO: " A Diretoria, face à exposição do relator e considerando a urgência e a especificação - dos serviços, encaminha o processo à consideração do Egrégio Conselho de Administração, opinando pela dispensa de Tomada de Preços e pela aprovação da proposta da firma CONSTRUTORA RABELLO S/A., para execução e montagem de telhas de concreto armado pré-moldadas, no Parque Infantil da Torre de Televisão, em Brasília, D.F., ao preço unitário de 650,00(seiscentos e cinquenta cruzeiros novos). Relator: Diretor Hugo Martins Borges. 20º) - Processo nº 47 579/69, que se refere ao CONVITE nº 007/69-CPC-2, para execução de MAQUETE DA PONTE a ser construída sôbre o Lago de Brasília,DF. DECISÃO : " A Diretoria, face à exposição do relator, homologa o CONVITE nº 007/69-CPC-2, autorizando a contratação com a firma HÉLIO FERREIRA PINTO para a execução da maquete da ponte a ser construída sôbre o Lago do Paranoá, em Brasília, DF., - pelo preço global de Ncr$ 4 500 00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros novos), devendo a maquete ser entregue à AGEP,até o dia 10 de agosto de 1969. Relator: Diretor Hugo Martins - Borges. 21º) - Processo nº 03 047/66, em que BRASÍLIA - SERVIÇOS AUTOMORES S.A. - "BRASAL" - solicita anuência da NOVACAP para iniciar as obras na área cuja venda lhe foi autorizada pelo Conselho de Administração, em sua 554a. sessão , ficando a lavratura da escritura para o término das mesmas, ocasião em que faria a demolição e transferência de seu pôsto para as novas instalações. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho - de Administração, manifestando-se favoràvelmente às proposições do Departamento Econômico, que deverão constar da escritura de compra e venda do lote nº 01, Quadra 2-C, Setor de Indústria e Abastecimento, autorizado à firma BRASÍLIA - SERVIÇOS AUTOMOTORES S.A. - "BRASAL", pelas 667a. e 554 a . sessões, respectivamente, da Diretoria e Conselho de Administração. Propõe, também, a aprovação do preço de Ncr$.... Ncr$ 57 090,00 (cinquenta e sete mil e noventa cruzeiros novos) para o referido lote, aplicando-se, no que couber, as demais exigências da Resolução 63/68. Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 22º) - Processo nº 34 002/67,em que JORDAAN TACK - solicita a compra de lote no Setor Hoteleiro Sul, com gabarito de 3 andares, para construção de hotel.DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do Relator, indefere o pedido. " Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 23º) - Processo nº 50 904/69, referente ao Têrmo de Aditamento - (2º Aditivo) ao Convênio firmado com o TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS em 20-6-67, para acabamento do Edifício Sede daquele Tribunal, com alteração dos valores constantes do instrumento primitivo e 1º Aditivo. DECISÃO: " A Diretoria, face à exposição do relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, opinando favoràvelmente à assinatura de um Têrmo de Aditamento ao Convênio celebrado em 20-6-67 com o TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, alterando seu valor para Ncr$ 5.460.000,00." Relator: Diretor Hugo Martins Borges. 24º) - Processo nº 51.493/69, em que a SECRETARIA DE FINANÇAS - solicita celebração de Convênio com a NOVACAP , para execução, por esta Companhia, de todos os serviços de mecanização, referentes aos Impostos sôbre Serviços e sôbre a Circulação de Mercadorias, mediante pagamento da importância de Ncr$ 17.000,00, consignada em seu orçamento, na dotação 31.4.16. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do relator, aprova a solicitação e encaminha-a ao Egrégio Conselho de Administração, para autorizar a assinatura de convênio com o DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE FINANÇAS, para prestação de serviços de mecanização, referentes aos Impostos sôbre - Serviços e sôbre a Circulação de Mercadorias, pelo Centro - de Processamento de Dados da Novacap, até 31-12-69, mediante a transferência do valor de Ncr$ 17 000,00(dezessete mil cruzeiros novos)consignado no orçamento vigente da Secretaria de Finanças, na dotação 31.4.16." Relator: Diretor Hugo Martins Borges. 25º) - Processo nº 48 915/69-SVO, referente a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 003/69-CPC-2, para construção sob o regime de empreitada por preço global, de uma PONTE SÔBRE O LAGO DO PARANOÁ, em Brasília, Distrito Federal, ligando o SHI-Sul na altura do QL. 3/9, com o Setor de Clubes Esportivos Sul. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do Relator,homologa a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 003/69-CPC-2, autorizando a contratação com a firma SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO - "SOBRENCO" S.A. da construção, sob o regime de empreitada por preço global, de uma PONTE SÔBRE O LAGO DO PARANOÁ, em Brasília, Distrito Federal, pelo preço global - proposto de Ncr$ 6 280 600,00 (seis milhões, duzentos e oitenta mil e seiscentos cruzeiros novos), com oscilação de 25% (vinte e cinco por cento) para mais ou para menos e demais condições constantes do Edital, devendo estar a obra - concluída em 20 de abril de 1970." Relator: Diretor Hugo - Martins Borges. 26º) - Processo nº 41.870/69 anexo ao - 32.756/69, onde a SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS - solicita a compra de 300 lotes residenciais na Cidade Satélite de Planaltina e o cancelamento da reserva de 570 lotes em Brazlândia. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do relator, propõe ao Egrégio Conselho de Administração a venda de 300 lotes residenciais na Cidade Saté-

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL
Gabinete da Superintendência
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

MOD. 28 / D. AL-DM

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL
Gabinete da Superintendência
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

lite de Planaltina à SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE - SOCIAL LTDA. - SHIS, nas seguintes condições: a) - 200 lotes na Quadra 01, Conjuntos A a J, numerados de 41 a 60, cada conjunto; b) - 100 lotes na Quadra 02, Conjuntos F, G, H I e J, numerados também de 41 a 60, cada conjunto; c) - O pagamento deverá ser feito à vista, no ato da assinatura da escritura, ao preço de Ncr$ 1,50 o metro quadrado. Propõe, ainda, o cancelamento da reserva de 570 lotes residenciais em Brazlândia à SHIS, autorizada na 548a. sessão do Conselho de Administração, de conformidade com o ofício nº398/69 daquela emprêsa." Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. 27º) - Processo nº 47 665/69-SVO, em que a firma FORMULÁRIOS CONTÍNUOS CONTINAC S/A - encaminha proposta para fornecimento de impressos de "Impostos Predial e Territorial - Urbano" e Relação de Aviso - Recibo", destinados à Secretaria de Finanças do Distrito Federal. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista ser a proponente fornecedora exclusiva, aprova a proposta e autoriza a aquisição do material solicitado, da firma FORMULÁRIOS CONTÍNUOS-CONTINAC S/A., pelo valor total de Ncr$ 2 809,00(dois mil, oitocentos e nove cruzeiros novos)." Relator: Diretor Clóvis Ferreira de Morais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, IDÊ APARECIDA BITTAR BARRA, Secretaria, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes.

Silvio Carlos Pimenta Jaguaribe

Clóvis Ferreira de Morais

Hugo Martins Borges

Nelson Omegna

NOVACAP CONFERE COM O ORIGINAL Gabinete da Superintendência SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

MOD. 28 / D. AD-DM

A T A da quingentésima quinquagésima oitava reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, sob a Presidência do Doutor SÍLVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE.

Aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e nove, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se a 558a. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Doutor SÍlvio Carlos Pimenta Jaguaribe e com a presença dos Senhores Conselheiros Edilson Cid Varela, Delpho Pereira de Almeida, Hélio Proença Doyle e Arturo Buzzi. Deixou de comparecer à reunião, com ausência justificada pelo Senhor Presidente, o Conselheiro Rolf Goeden Pieper. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, foi concedida a palavra ao Conselheiro EDILSON VARELA que passou a relatar o processo nº 3.047/66, em que a firma Brasília - Serviços Automotores S. A. - BRASAL, solicita anuência da Novacap para iniciar as obras na área cuja venda lhe foi autorizada pelo Conselho de Administração, em sua 554a. sessão, ficando a lavratura da escritura para o término das mesmas, ocasião em que faria a demolição e transferência de seu pôsto para as novas instalações. Esclareceu o relator que a autorização dada pelo Conselho condicionou a assinatura da escritura de compra e venda do lote nº 1 - Quadra 2-C, do SIA, à efetiva demolição do atual pôsto de gasolina explorado pela requerente, em local inadequado. A firma volta agora para solicitar autorização para ocupar a área e iniciar a construção definitiva e, sòmente ao término das obras, assinar a escritura de compra e venda do terreno, cumprindo, então, a cláusula imposta. Observou o relator que a solução proposta pelo Departamento Econômico poderia ser aceita, transferindo-se o cumprimento daquela condição para o momento da concessão do alvará de funcionamento das novas instalações. Seria fixado também o prazo de 60 dias para início das obras e 180 dias para sua conclusão, a partir da expedição do alvará de construção. Não cumpridos êsses prazos, o órgão próprio da SVO determinaria o fechamento do pôsto ora em funcionamento, por estar localizado fora de zoneamento. Assim, não haveria impedimento de ser assinada, imediatamente, a escritura de compra e venda, - com pacto de retrovenda. Propôs o relator a aprovação dessas sugestões, como também do preço para o terreno, à base de NCr$20,00 o metro quadrado. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do relator, aprova o preço de NCr$57.090,00 para o lote nº 01, Quadra 2-C, SIA, à base de NCr$20,00 o metro quadrado, cuja venda foi autorizada à BRASÍLIA - SERVIÇOS AUTOMOTORES S.A. - BRASAL, em sua 554a. sessão. Aprova também as proposições do Departamento Econômico, constante de fls. 51, e que deverão constar da escritura de compra e venda do referido lote, aplicando-se, no que couber, as condições da Resolução nº 63/68." Relatou, também, o Conselheiro EDILSON VARELA o processo nº 51.493/69, que contém solicitação da SECRETARIA DE FINANÇAS para celebração de convênio com a Novacap para execução, por esta Companhia, de todos os serviços de mecanização, referentes a Impostos sôbre Serviços e sôbre Circulação de Mercadorias, mediante pagamento da importância de NCr$.... NCr$17.000,00, consignada em seu orçamento, na dotação 31.4.16. - A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do relator, autoriza a assinatura de convênio com o DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE FINANÇAS, para prestação de serviços de mecanização, referentes aos Impostos sôbre Serviços e sôbre Circulação de Mercadorias, pelo Centro de Processamento de Dados da Novacap, até 31-12-1969, mediante a transferência do valor de NCr$17.000,00 (dezessete mil cruzeiros novos) consignado no orçamento vigente da Secretaria de Finanças, na dotação 31r4.16." A seguir, o Conselheiro DELPHO passou a relatar o processo nº 96.448/69-SVO, em que o Laboratório Hidrotécnico Saturnino de Brito S.A. apresenta proposta para execução do projeto definitivo do sistema adutor, destinado ao aproveitamento hídrico integral, na bacia do "Torto". Observou o relator a importância e urgência dos serviços, de acôrdo com a informação do DAE, tendo em vista a construção da Barragem de Santa Maria, cuja concorrência já está sendo realizada. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do relator e considerando que a execução do serviço exige notória especialização, autoriza a dispensa da Tomada de Preços, com base no Decreto Lei 200, artigo 126, § 2º, item "d", e Decreto "N" 937, de 03-8-67, e a contratação da execução do projeto definitivo do sistema adutor, destinado ao aproveitamento hídrico integral, na bacia do "Torto", com a firma proponente, LABORATÓRIO HIDROTÉC-

NOVACAP CONFERE COM O ORIGINAL Gabinete da Superintendência SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

MOD. 28 / D. AD-DM

NECO SATURNINO DE BRITO S.A., pelo valor global de NCr$.....
NCr$140.000,00 (cento e quarenta e nove mil e seiscentos cruzeiros novos) e pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da emissão da respectiva "Ordem de Serviço". Relatou, também, o Conselheiro DELPHO o processo nº 50.281/68-SVO, no qual o Departamento Econômico encaminha minuta do Edital para licitação de lotes destinados à construção de prédios comerciais no Setor de Residências Econômicas Sul (Cruzeiro). Esclareceu o relator que o número de lotes nos blocos B, C e D, constantes do Edital, é de 28 unidades, conforme informação da Divisão de Operações Imobiliárias, a pedido do próprio Conselheiro. De acôrdo com as ponderações da Chefia daquela Divisão, propôs o relator que fôssem colocados em leilão apenas 24 lotes, aos preços mínimos de NCr$7.500,00 e NCr$4.500,00, respectivamente, para as áreas de 150 e 90 metros quadrados. Os Senhores Conselheiros concordaram com as modificações propostas pelo relator, sendo proferida a seguinte decisão: "O Conselho aprova as alterações da minuta do Edital, propostas pelo Relator, devendo a minuta definitiva voltar ao Conselho de Administração para aprovação." Ainda pelo Conselheiro DELPHO foi relatado, com voto favorável, o processo nº 50.904/68-SVO que contém um Têrmo de Aditamento (2º Aditivo) ao Convênio firmado com o TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS em 20-06-67, para acabamento do Edifício Sede daquele Tribunal, com alteração dos valôres constantes do instrumento primitivo e 1º aditivo. A decisão foi proferida nos seguintes têrmos: "O Conselho, com o voto do relator, autoriza a assinatura de um Têrmo de Aditamento ao Convênio celebrado em 20-06-67 com o TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, alterando seu valor para NCr $ 460.000,00." Através ainda do Conselheiro DELPHO foi submetido à apreciação do Egrégio Conselho de Administração o processo nº 50.859/68-SVO, no qual o Senhor Superintendente da Novacap apresenta o esquema das providências sob a responsabilidade desta Companhia em relação à CAESB. Esclareceu o Senhor Presidente, por solicitação do relator, que a Novacap subscreverá ações da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, no valor total de NCr$ 2.900.000,00(dois milhões, novecentos mil cruzeiros novos), a ser integralizado no presente exercício. Por fôrça do art. 69 do Decreto N nº 457, de 22-10-65, a Novacap se obriga ao pagamento do pessoal do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal lotado no DAE, até o final do presente exercício. Responsabiliza-se, também pelo pagamento de tôda despesa empenhada pelo DAE, até a constituição da CAESB, nos seguintes subelementos: Material de Consumo, Serviços de Terceiros, Encargos Diversos, Equipamentos e Instalações, Material Permanente e Estudos e Projetos Diversos. Assumirá, ainda a responsabilidade pelo pagamento dos valores empenhados até o final do presente exercício, pelo DAE e futuramente pela CAESB, nos seguintes subelementos, constantes do Orçamento Analítico da Novacap e até o montante dos valores aqui fixados: 41.1.20 - Prosseguimento das obras do Sistema de Abastecimento de Água da Brasília - NCr$ 7.110.041,54(sete milhões, cento e vinte mil, quarenta e um cruzeiros novos e cinquenta e quatro centavos); 41.1.30 - Prosseguimento das obras do Sistema de Esgotos Sanitários NCr$ .....

NCr$ 4.484.925,00(quatro milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e vinte cinco cruzeiros novos e centavos); 41.1.30 - Estudos para definir o Abastecimento de Água do Brasília - NCr$ 184.382,00(cento e oitenta quatro mil, cento e oitenta cruzeiros novos). Por outro lado, tôda a receita provenientes das taxas e contribuições pagas pelos usuários dos serviços de água e esgotos do D. F. será recolhida aos cofres desta Cia., como receita própria, até a data da constituição da CAESB. Opinou o relator pela aprovação do esquema de definição das responsabilidades da Novacap, em relação à CAESB, na forma apresentada. A decisão foi a seguinte: " O Conselho, com o voto do relator, aprova os critérios a serem adotados pela NOVACAP, em relação a seus compromissos com a CAESB - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA." Relatou ainda o Conselheiro DELPHO o processo nº 48.262/68-SVO, em que o Departamento de Viação e Obras solicita dispensa da Tomada de Preços para aquisição de adubos, inseticidas, destinados à Divisão de Parques e Jardins, diretamente da SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO do DDF. Opinou o relator pela aprovação do pedido por se tratar de aquisição diretamente a órgão do Conjunto Administrativo do Distrito Federal. A decisão foi a seguinte: " O Conselho, com o voto do relator e considerando tratar-se de aquisição a órgão público, autoriza a dispensa da Tomada de Preços, para que os materiais solicitados sejam adquiridos diretamente da SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO - Fundação Zoobotânica - do Distrito Federal, pelo valor de NCr$43.027,00(quarenta e três mil e vinte cruzeiros novos)." A seguir, o Conselheiro DOYLE relatou, com voto favorável, o processo nº 36.473/68-SVO, relativo à proposta do MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - através da 6a. Zona Aérea, para pagamento de 11 projeções na Super Quadra 204-Norte, em 4 parcelas mensais, sendo a primeira do valor de NCr$ 17.750,00 e as restantes de NCr$ 27.000,00 (duzentos e dezessete mil cruzeiros novos). A decisão foi proferida nos seguintes têrmos: " O Conselho, com o voto do relator, aprova a proposta do MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA para pagamento de 11 (onze) projeções na SQN-204, nas seguintes condições: 1 - uma parcela inicial no valor de NCr$ 17.750,00(quinhentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta cruzeiros novos), no ato da assinatura da escritura; 2 - 3 (três) parcelas iguais, anuais e consecutivas, de NCr$ 27.000,00 (duzentos e dezessete mil cruzeiros novos), vencendo-se a primeira 12 (doze) meses após o pagamento da parcela inicial." A decisão foi proferida nos seguintes têrmos:" O Conselho - com o voto do relator, aprova a proposta do MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA para pagamento de 11 (onze) projeções na SQN-204, nas seguintes condições: 1 - uma parcela inicial no valor de NCr$17.750,00 (quinhentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta cruzeiros novos), no ato da assinatura da escritura; 2 - 3 (três) parcelas iguais, anuais e consecutivas, de NCr$ 27.000,00 (duzentos e dezessete mil cruzeiros novos), vencendo-se a primeira 12 (doze) meses após o pagamento da parcela inicial." Relatou ainda o Conselheiro DOYLE o processo nº 31.788/68, em que JOANA DE OLIVEIRA, professôra, do Quadro Provisório do Pessoal do Distrito Federal, recorre para solicitar seja mantido seu nome na relação de distribuição dos apartamentos da S.Q. 312-Sul. Tendo em vista a informação de que a servidora

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL

MOD. 98 / D. AD-DM

NOVACAP
CONFERE COM O ORIGINAL

MOD. 98 / D. AD-DM

já fôra contemplada com outro apartamento na S.C.L. 407/408 - Norte, propôs o relator o arquivamento do processo. A decisão foi a seguinte: " O Conselho, de acôrdo com o voto do relator, resolve mandar arquivar o processo. " O conselheiro DOYLE submeteu, ainda a apreciação de seus pares o processo nº 31.944/68, em que a PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ solicita sejam designados à CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA e outros os terrenos que ocupa provisoriamente na Cidade - Satélite de Taguatinga. Observou o relator que, de acôrdo com a relação constante do processo e aprovada pela Diretoria, constavam 2 lotes residenciais para a mesma pessoa física, o que contraria frontalmente as normas vigentes. Sugeriu fôsse o assunto reexaminado pela Diretoria, no sentido de que os terrenos destinados às pessoas que prestam serviços à comunidade, através da Paroquia, fosse destinados à CÚRIA ARQUIDIOCESANA . Concordaram os Senhores Conselheiros com a sugestão apresentada, *proferindo a seguinte decisão:* " O Conselho, nos têrmos do voto do relator, converte em diligência o julgamento do processo, solicitando o pronunciamento da Diretoria sôbre as questões levantadas." Ainda pelo Conselheiro DOYLE foi relatado o processo nº.. 45.978/69-SVO, em que a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS apresenta o estudo sôbre a venda das Casas Isoladas, tipo I, de propriedade da Novacap, situadas na Cidade Satélite de Taguatinga. Estando em mãos do Conselheiro BUZZI outro processo, de nº ..... 45.356/69-SVO, *referente ao mesmo assunto, sôbre as casas situadas* na Cidade Satélite do Gama, foram ambos relatados conjuntamente pelo Conselheiro DOYLE. Esclareceu o relator que a Comissão de Avaliação dos Imóveis apurou o valor de NCr$ 13.043,63 e 13.166,63, para as casas situadas no Gama e em Taguatinga, respectivamente. O plano de financiamento pelo BNH abrange 72% do valor apurado. Para amortização do valor da compra, o promitente comprador pagará, mensalmente, a importância de NCr$ 109.10 ou NCr$ 110.13 em 20 anos, exigindo-se, portanto, do candidato a renda familiar mínima de NCr$ 436,52 correspondente a 3 salários mínimos da região. Os servidores residentes nas casas do Gama e Taguatinga, cuja renda familiar não alcançar o mínimo exigido para a compra, continuarão residindo na mesma casa, pagando taxa de ocupação até o limite máximo de 25% da renda mensal - até que atinjam o teto fixado para a compra ou lhes sejam destinadas - outras residências de menor preço, pela NOVACAP. O valor das taxas de ocupação será computado, em qualquer tempo, como amortização do valor da compra. Opinou o relator pela aprovação da venda, nos têrmos propostos. Concordando com o relatório apresentado os Senhores Conselheiros resolveram autorizar a alienação das casas, sendo - proferidas as seguintes decisões em relação aos processos 45.978/69-SVO e 45.356/69-SVO, respectivamente: " O Conselho, com o voto do relator e a decisão da Diretoria, aprova: 1 - O laudo de avaliação das casas de propriedade da NOVACAP, na Cidade Satélite de Taguatinga - (fls. 3 a 6); 2 - A relação dos legítimos ocupantes(fls. 7 a 10); 3 - O plano operacional, com condições de venda e hipoteca ao Banco Nacional de Habitação (fls. 2), considerando-se, entretanto, como poupança prévia, a importância relativa à totalidade dos aluguéis até então pagos, que será deduzida do valor total ora aprovado para cada unidade. Aos servidores impedidos de adquirirem a casa onde residem por não alcançarem a renda familiar exigida para a venda, será garantida a ocupação do imóvel a título precário, mediante o pagamento da taxa de ocupação de até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da renda mensal, até que a Companhia lhes destine outro imóvel de preço compatível com os seus vencimentos, ou então, possam êles comprovar a majoração de sua renda familiar, computando-se, em qualquer tempo, o valor total das taxas de aluguéis pagas, como amortização do valor da compra." "O Conselho, com o voto do relator e a decisão da Diretoria, aprova: 1 - O laudo de avaliação das casas de propriedade da Novacap, na Cidade Satélite do Gama(fls. 3 a 6); 2 - A relação dos legítimos ocupantes (fls. 7 a 13; 3 - O plano operacional com condições de venda e hipoteca ao Banco Nacional de Habitação, (fls. 2), considerando-se, entretanto, como poupança prévia, a importância relativa à totalidade dos aluguéis até então pagos, que será deduzida do valor total ora aprovado para cada unidade. Aos servidores impedidos de adquirirem a casa onde residem por não alcançarem a renda familiar para a venda, será garantida a ocupação do imóvel, a título precário, mediante o pagamento da taxa de ocupação de até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da renda mensal, até que a Companhia lhes destine outro imóvel de preço compatível com os seus vencimentos, ou então, possam êles comprovar a majoração de sua renda familiar, computando-se, em qualquer tempo, o valor total das taxas de aluguéis pagas, como amortização do valor da compra. A seguir, o Conselheiro Buzzi passou a relatar o processo nº 49.003/69-SVO, em que o Departamento de Edificações solicita dispensa de Tomada de Preços e aprovação da proposta da firma CONSTRUTORA RABELLO S.A. para execução e montagem de telhas de concreto armado pre-moldadas, no Parque Infantil da Tôrre de TV. A justificativa da proposição é a própria especificação das telhas, de forma triangular e abaulada. Considerando - que a firma proponente tem, em Brasília, notória especialização em - pre-moldados, opinou o relator pela aprovação da proposta. O que atinge, aproximadamente, o valor de NCr$ 35.000,00(trinta e cinco mil cruzeiros novos)." A decisão foi a seguinte: " O Conselho, com o voto do relator e considerando a urgência e a especificação dos serviços, autoriza a dispensa de Tomada de Preços e aprova a proposta da firma CONSTRUTORA RABELLO S.A., para execução e montagem de telhas de concreto-armado pré-moldadas, no Parque Infantil da Tôrre de Televisão, em Brasília, DF., ao preço unitário de NCr$650,00(seiscentos e cinquenta crùzeiros novos). Finalmente, o Conselheiro BUZZI relatou o processo nº 41.870/69-SVO anexo ao 32.756/69-SVO, onde a SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA., solicita a compra de 300 lotes residenciais na Cidade Satélite de Planaltina e o cancelamento da reserva de 570 lotes em Brazlândia. De acôrdo com as informações constantes do processo, opinou o relator pela autorização - da venda dos lotes indicados, ao preço de NCr$ 1,50 (um cruzeiro novo e cinquenta centavos) o metro quadrado." A decisão foi proferida nos seguintes têrmos: " O Conselho, com o voto do relator, autoriza a venda de 300 *lotes residenciais na Cidade Satélite de Planaltina à SOCIEDADE* - DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, nas seguintes condições: a) - 200 lotes na Quadra 01, Conjuntos A a J, numerados de 41 a 60, cada conjunto; b) - 100 lotes na Quadra 02, conjuntos F, G, H, I e J, numerados também de 41 a 60, cada conjunto; c) - o pagamento deverá ser feito à vista, no ato da assinatura da escritura, ao preço de NCr$... NCr$ 1,50(um cruzeiro novo e cinquenta centavos) o metro quadrado. Determina, ainda, o cancelamento da reserva de 570 lotes residenciais em Brazlândia à SHIS, autorizada na 548a. sessão, de conformidade com o ofício nº 398/69, daquela emprêsa." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, IDÊ APARECIDA BITTAR BARRA, Secretaria, lavrei a presente ata que, lida e aprovada vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SILVIO CARLOS PIMENTA JAGUARIBE
EDILSON CID VARELA
HÉLIO PROENÇA DOYLE
DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

PROCURADORIA-GERAL

PROCURADORIA-GERAL

PARECER No. 07 69

Processo no. 19.306/69
Interessado: SUBPREFEITURA DO NUCLEO BANDEIRANTE.
Assunto: Informaçao sôbre o Código de Edificaçoes das Cidades Satélites.

EMENTA: Núcleo Bandeirante - E cidade Satélite, pois nao houve revogaçao da Lei 4.020/61 pela Lei no. 4.545/64. Aplicam-se-lhe as normas do Codigo de Edificaçoes das Cidades Satélites.

Senhora Procuradora-Chefe:

Relatório - O Processo teve origem em consulta sôbre a aplicaçao ao Nucleo Bandeirante do Codigo de Edificaçoes das Cidades Satélites, aprovado pelo Decreto no. 344, de 14 de fevereiro de 1969. Formula-a o Subprefeito daquela localidade (fls.).

Respondendo à indagaçao, o Assessor Tecnico de Planejamento da Secretaria de Govêrno, opinou no sentido de que as Edificaçoes no D.F. estariam regidas pelo Código baixado para o Plano Pilôto. Sugeriu, porém aquêle técnico, que se ouvisse a Procuradoria Geral (fls. 9 USQUE 12).

Percorridas as vias regulares, vieram-me os autos para exame.
1. Rendo homenagem à qualidade literária que reveste o trabalho. Vale destacar-lhe a clareza e objetividade da exposição, feita naquele estilo singelo, sêco mesmo, tao raramente encontrável em nossas letras.

2. Lamento, entanto, deixar de acompanhá-lo nas conclusoes. Faço-o por divergir dos fundamentos em que estas vêm arrimadas.

3. Com efeito, as premissas de que parte o arrazoado, sao:

a) a Lei no. 4.020, de 20 de dezembro de 1961 teria sofrido abrogaçao por efeito da Lei no. 4.545, de 1o. de dezembro de 1964, inexistindo hoje o Nucleo Bandeirante como Cidade Satélite;

b) o Núcleo Bandeirante seria, portanto, mera continuaçao da Área Metropolitana de Brasília, aplicando-se-lhe os dispositivos do Código de Edificaçoes baixado pelo Decreto "N" no. 596, de 08/03/67.

4. A Lei de Introduçao ao Código Civil encerra as regras fundamentais para deslinde de questões de Direito Intertemporal. Tais preceitos contêm-se no Art. 2o. assim enunciado:

"Art. 2o - Não se destinado à vigência temporal, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue".

"§1o. - A lei posterior revogada a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente matéria de que tratava a lei anterior".

" § 2o. - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, nao revoga nem modifica a lei anterior.

Consagra, aí, o Direito Brasileiro duas possibilidades de uma lei ser esvasiada por outra: a chamada revogaçao expressa ou aquela denominada tácita.

Para que aconteça esta última espécie, deverá existir entre a regra nova e a antiga uma coincidência absoluta. Nao basta que os preceitos nelas contidos mantenham semelhança ou sejam paralelos.

5. No caso inexiste tal choque. As normas em confronto tratam de matérias de natureza diversa e perseguem objetivos em nada colidentes; uma - a Lei no. 4.020 - visando tornar permanente um acampamento levantado em caráter temporário (a Cidade Livre), penetra no âmbito

da sociologia para definí-lo como cidade satélite;

outra, procurando implantar uma organizaçao administrativa, divide o território do Distrito Federal em regioes distribuídas em tôrno das cidades satélites. Este fato, a orientação de colocar no centro de cada unidade criada um núcleo residencial, não implica na enumeraçao exaustiva de tais concentraçoes populacionais.

6. Nao há entre os textos normativos qualquer antinomia ou correspondencia. A Lei no. 4.020 permanece em completo vigor.

7. Assim, o Núcleo Bandeirante continua existindo como cidade satélite e goza do previlégio de ser a única entre as demais semelhantes que teve por definito tal STATUS.

8. Divirjo também da afirmaçao de que o Núcleo Bandeirante seria mero prolongamento do Plano Pilôto: são duas cidades concebidas em moldes tao diferentes, que se torna gritante a individualidade de cada uma.

Por isso, seriam necessários muitos artifícios e adaptações para aplicar à antiga Cidade Livre as normas e posturas feitas especificamente para a mais avançada das metrópoles.

9. Ora, o Art. 1o. do Decreto no. 944 aprovou o regulamento de construções, destinando-o - sem limitaçoes - às cidades-satélites.

Como, entao excluir-lhe à incidência, justamente aquela que recebeu da lei esta condiçao?

10. - De outro lado, o Art. 12 do Decreto "N" no. 596, de 3 de março de 1967, esclarece o problema dispondo em seu parágrafo único:

"Parágrafo único - O Núcleo Bandeirante e o Nucleo Rural Vargem Bonita, embora localizados dentro do perímetro da Área Metropolitana ficam excluídos dêste Código e serao objeto de regulamentaçao específica, respectivamente para as cidades satélites e núcleos rurais".

Inexiste choque entre tal exclusão e os mandamentos da nova codificaçao que é tao sòmente complementada por ela.

Por tais razoes, concluo - DATA VENIA - por entender aplicável ao Nucleo Bandeirante o Código das Cidades Satélites.

Este, o parecer que remeto à superior consideração.

Brasília, 30 de maio de 1969.

HUMBERTO GOMES DE BARROS.
Procurador

De acôrdo com o bem fundamentado parecer de fls. 14/17. À consideração do Exmo. Sr. Procurador-Geral.

Brasília, 30 de junho de 1969

(a) MARIA PAULA SABOYA GOMES
Procuradora-Chefe da 3a. SPRG

De acôrdo com o Parecer.
A superior consideração do Excelentíssimo Senhor Prefeito.

PROG 03 de julho de 1969

(a) JOSE DE CAMPOS AMARAL
Procurador-Geral

De acôrdo

Em, 07.07.69

(a) WADJO DA COSTA GOMIDE
Prefeito

PROCURADORIA-GERAL - 2a. SPRG

Processo no. 017448/69
Interessado: João Rodrigues Maciel

João Rodrigues Maciel requereu parcelamento de seu débito constante da certidão de Dívida Ativa no. 8130, no valor de NCr$ 135,72 (cento e trinta e cinco cruzeiros novos e setenta e dois centavos).

O processo foi instruído e à fls. 4 encontra-se a atualização do débito através do cálculo efetuado pelo Serviço de Dívida Ativa da Secretaria de Finanças.

Tudo atentamente examinado.

Passo a decidir.

O pretendido pelo Requerente encontra amparo legal. Nada ilide a pretensao.

Assim, concedo que o débito constante do cálculo de fls. 4 - NCr$ 193,96 -, acrescido de mora de 1% ao mês correspondente ao período de parcelamento no valor de NCr$ 4,52, seja pago em 4 (quatro) prestações mensais, vencendo a primeira e maior 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança nesta Sobprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até 3 (três) dias após a publicação dêste.

Dispenso as promissórias avalizadas face ao que dispõe o parágrafo único do artigo 4o. do Decreto 924/69.

Publique-se, intime-se.

Brasília, 30 de junho de 1969.

DR. ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador-Chefe 2a. SPRG

Processo no. 17463/69
Interessada: Maria Rita Almeida de Alencar Costa

Maria Rita Almeida de Alencar Costa pretende pagar seu débito em Dívida Ativa referente à certidão no. 8086, através de parcelamento.

Na aceitável instrução do pedido se inclui a apensação do débito atual no valor de NCr$ 218,49 (fls. 5).

Processo em ordem. Passo a decidir.

O requerido está amparado pela legislação vigente e pertinente ao caso. Nenhum dispositivo legal impede a concretização da pretensão exposta.

Desta forma, concedo o parcelamento em 4 (quatro) prestações mensais do débito de NCr$ 218,49 mais a mora referente ao período de parcelamento no valor de NCr$ 5,09 (cinco cruzeiros novos e nove centavos), vencíveis ditas prestações no dia 28 de cada mês, exceto a primeira e a maior que deverá ser paga 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida, o que deverá ocorrer 3 (três) dias após a publicação dêste.

Dispenso as promissórias avalizadas, por fôrça do dispositivo legal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 30 de junho de 1969.

DR. ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador-Chefe 2a. SPRG

Processo no.: 23575/69
Interessado: Manoel Bonfim Boa Morte

Manoel Bonfim Boa Morte requereu parcelamento do seu débito constante da certidão de Divida Ativa no. 8089.

Na instrução do processo foi atualizado o débito. fls. 4

Nada a sanear. Pretensão amparada legalmente.

Decidindo, concedo que se pague o débito atualizado de NCr$ 84,72 (oitenta e quatro cruzeiros novos e setenta e dois centavos), mais a mora do período do parcelamento no valor de NCr$ 0,98 (noventa e oito centavos) em 2 (duas) prestações mensais, vencíveis dias 28 (vinte e oito) de cada mês, exceto a primeira e a maior que deverá ser paga 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida, a ser efetivado 3 (três) dias após a publicação dêste.

Por fôrça do dispositivo regimental dispenso as notas promissórias avalizadas.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 30 de junho de 1969.

Dr. ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador-Chefe 2a. SPRG

Processo no.: 17308/69
Interessado: José Cândido Borba

José Cândido Borba requér pagamento parcelado do seu débito constante da certidao de no. 8084 (fls. 2v).

Integrando a instrução do processo, vê-se à fls. 3 o cálculo de atualização do débito feito pela S.D.A. da S.E.F.

Examinando o processo julgo procedente o pedido, eis que amparado legalmente e sem nada de direito que impeça alcance o Requerente a sua pretensão para conceder que se pague o débito apurado à fls. 3, no valor de NCr$ 178,87 mais a mora de NCr$ 4,17, correspondente ao periodo de parcelamento em 4 (quatro) prestações iguais de NCr$ 45,86 (Quarenta e cinco cruzeiros novos e oitenta e seis centavos), vencíveis mensalmente no dia 28 de cada mês, exceto a primeira que deverá ser paga quarenta e oito horas (48) após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida na SRCF-2 desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer 3 (três) dias após a publicação dêste.

Dispenso as notas promissórias avalizadas, tendo em vista o que dispõe o § único do art. 4o. do Decreto 924/69. Fundamento pelo preceituado no referido Decreto 924/69.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de junho de 1969

DR. ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador-Chefe da 2a. SPRG

EDITAIS E AVISOS

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O - NOVACAP
COMISSOES PERMANENTES DE CONCORRENCIA

AVISO

TOMADA DE PREÇOS No. 031/69-CPC-1, PARA AQUISIÇAO DE DIVERSOS MATERIAIS DESTINADOS AO LABORATORIO DE SOLOS, ASFALTO E CONCRETO DO DEPARTAMENTO DE VIAÇAO E OBRAS / DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇAO - NOVACAP - BRASILIA DISDRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das firmas fornecedoras regularvente registradas no Serviço de Cadastro de Firmas destas Comissões, para a Tomada de Preços em epígrafe. que será realizada às 15,00 horas do dia 29 de julho de 1969 na sala de concorrências.

As condições gerais para habilitação, encontram-se afixadas no quadro de avisos do órgão, no 2o. andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 10 de julho de 1969

Eng. JORGE GONZALO BARRETO BUITRAGO
Presidente das Comissões Permanentes de Concorrência

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. - NOVACAP
Comissão de Processo Administrativo - DAD

EDITAL No. 007/69

O Secretário da Comissão de Processo Administrativo instituída por Ordem de Serviço de 16 de junho de 1969, do Senhor Chefe do Departamento de Administração, em cumprimento de ordem do Senhor Presidente e tendo em vista, o disposto no § 2o. do Artigo 222 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União CITA, pelo presente Edital, JONAS SALDANHA DA SILVA, matrícula no. 15.705, Bombeiro Hidráulico, nível 08-A, para no prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação dêste, no Distrito Federal e em um Jornal de grande circulação no Estado da Guanabara, comparecer à Sala de Comissão situada à Galeria Subterrânea do Edifício Sede da NOVACAP Setor Bancário Norte, a fim de apresentar defesa escrita no processo administrativo a que responde, sob pena de revelia.

Brasília, DF, 11 de julho de 1969

JOAO BATISTA PEREIRA
Secretário da CPA "DAD

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS
COMPANHIA DE TELEFONES DE BRASILIA.

AVISO

A Companhia de Telefones de Brasília - COTELB, convida a comparecer à LOJA DE ATENDIMENTO AO PUBLICO, desta Companhia à Av. W/3 Quadra 508, a partir de 14.07.69, os portadores da inscrição para telefone, de número 1 (um) a 18.000 (dezoito mil), munidos dos seguintes documentos:

a) papeleta de inscrição
b) documento de identidade
c) contrato de locação, ou escritura de compra, ou cessão de direitos.
d) documentos comprabatórios de firma ou sociedade (se fôr o caso)

A COTELB promoverá o atendimento em até vinte meses, pelo sistema de autofinanciamento.

Não será necessário comparecimento dos que pretendem telefones nas seguintes áreas:

- Cidades-Satélites
- Asa Norte Residencial
- Asa Norte Comercial
- Acampamentos
- Setor residencial Econômico Sul (Cruzeiro)
- Setor de Indústria e Abastecimento
- Quadra do Lago

MARCELLO AUGUSTO VARELLA
Superintendente

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELECÃO E TREINAMENTO

CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS SERVIDORES APROVADOS NO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO TREINAMENTO ESPECÍFICO EM NÍVEL SUPERIOR PARA PASSAGEM DE PESSOAL DO QUADRO PROVISÓRIO PARA O QUADRO PERMANENTE
ECONOMISTA

Nº de Ordem	Nº de Mat.	N o m e	Nota	Classif.
01	7789	Marcos Rodrigues da Cunha	80,00	1º lugar
02	3254	Márcio Lucas Graciano	76,66	2º lugar
03	1037	Carlos Gomes da Silva	66,66	3º lugar
04	7489	Francelisio Van Der Broocke	61,66	4º lugar
05	4039	Cremilda Soares	56,66	5º lugar
06	9082	Marcello Augusto Varella	56,66	5º lugar
07	19863	José Maria Freire	56,66	5º lugar
08	1896	Rubens Zeferino do Amaral	51,66	6º lugar
09	19866	Francisco Osorio Ferreira	51,66	6º lugar
10	8279	Sheila Marcia Espírito Santo de Almeida	55,00	7º lugar
11	7122	Carlos Alves	55,00	7º lugar

Brasília, 8 de julho de 1 969

MARCUS AUGUSTO MARTINS
Centro de Seleção e Treinamento
Diretor

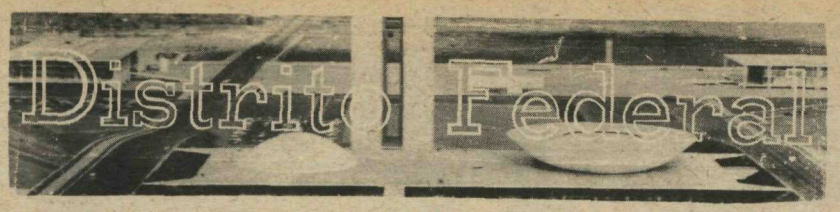
PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA DO CONCURSO ESPECÍFICO PARA READAPTAÇÃO DE SERVIDORES NO QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO EDITAL Nº 004/69/CEST, PUBLICADO NO DISTRITO FEDERAL Nº 83 DE 10 DE JUNHO DE 1969

Nº DE ORDEM	Nº DE MATR.	N O M E	N O T A	CLASSIF.
01	6297	Lucas Portela Gonçalves	100,00	1º lugar
02	2432	Fernando Soares Gonçalves	95,30	2º lugar
03	7089	Raimundo Lopes da Silva	90,60	3º lugar
04	6768	Barnabé Artur da Silva	76,30	4º lugar
05	1178	João Antônio de Lima	65,00	5º lugar

Brasília, 11 de julho de 1969

MARCUS AUGUSTO MARTINS
Centro de Seleção e Treinamento
Diretor



Tempo bom, com nebulosidade variável. Temperatura estável. Máxima de ontem, 23.7; mínima, 13.8 graus. Umidade relativa do ar: 45 por cento.

Brasília, terça-feira, 15 de julho de 1959

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA

EDITAL No. 59/69 (Aditamento)

NUCLEO BANDEIRANTE - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DE 1969.

Em aditamento ao Edital no. 59/69, o DIRETOR DA DIVISAO DE TRIBUTOS IMOBILIARIOS, no uso de suas atribuições, CONVOCA os propietários, promitentes compradores ou cessionários de imóveis edificados ou não situados no NUCLEO BANDEIRANTE, a retirarem na Coletoria da PDF naquela Cidade Satélite, os avisos recibos de pagamento do impôsto predial e territorial urbano do exercício de 1969. O pagamento do impôsto obedecerá ao calendário fixado pelo Decreto no. 969, de 15 de abril de 1969, prevalecendo as demais disposições do citado Edital 59/69.

Brasília, 30 de junho de 1969

JOAO LUIZ DE MORAIS BARRETO
Divisão de Tributos Imobiliários
Diretor

VISTO:

DARIONE NUNES CARDOSO
Departamento da Receita
Diretor

P.D.F. - SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO DE TRANSITO

AVISO

O Departamento de Trânsito avisa aos proprietários de veículos em geral que, de acôrdo com a Resolução no. 410, de 17 de dezembro de 1968 passará a exigir, a partir desta data, de todos os veículos de transporte de inflamáveis, transportes coletivos e transportes de carga, o uso de extintor de incêndio exigido pela referida Resolução.

Os extintores deverão satisfazer aos tipos e capacidades mínimas abaixo:
1o) - Caminhão com capacidade de carga até 6 toneladas: 1 (um) extintor de incêndio de tipo com carga de pó químico sêco de 1 (um) kg; ou 1 (um) extintor de incêndio com carga de gás carbônico de 1 (um) kg; 1 (um) extintor de incêndio do tipo com carga de po químico sêco de 2 (dois) kg; ou 1 (um) extintor de incêndio com carga de gás carbônico de 2 kg; 1 (um) extintor de incêndio do tipo com carga de pó químico sêco de 2 (dois) kg ou 1 (um) extintor de incêndio com carga de gás carbônico de 2 kg. 1 (um) extintor de incêndio do tipo com carga de pó quimico sêco de 4 (quatro) kg ou 1 (um) extintor de incêndio com carga de gás carbônico de 4 (quatro) kg.
1 (um) extintor de incêndio de tipo com carga de pó quimico sêco de 8 (oito) kg ou 2(dois) extintores de incêndio com a carga de gás carbônico de 6 (seis) kg cada.
2o) - Caminhão roboque ou semi-reboque de transporte de carga com capacidade superior a 6 (seis) toneladas:

3o.) - Veiculos de transporte coletivo (ônibus) micro-ônibus, reboque e semi-reboque do passageiro;
4o.) - Veiculos de transporte de inflamável líquido ou gasoso.

COTELB
COMPANHIA DE TELEFONES DE BRASILIA

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS
COMPANHIA DE TELEFONES DE BRASILIA

AVISO DE CANCELAMENTO

TOMADA DE PREÇOS No. 008/69 PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TELECOMUNICAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL.

A Companhia de Telefones de Brasília comunica aos interessados que, por motivo de alteração nas especificações do respectivo EDITAL, fica cancelada a Tomada de Preços no. 008/69 em epígrafe.

Brasília, 26 de junho de 1969

MARCELLO AUGUSTO VARELLA
Superintendente

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DA RECEITA.
EDITAL No. 58/69.
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DE 1969, INCIDENTE SOBRE OS IMOVEIS SITUADOS EM BRASILIA -DF.

O DIRETOR DA DIVISAO DE TRIBUTOS IMOBILIARIOS, no uso de suas atribuiçoes e na forma de que dispõe o art. 25 do Decreto "N" no. 746 de 17 de junho de 1968 (Regimento Interno da Secretaria de Finanças), combinado com os arts. 12 a 17, do Decreto-Lei no. 82, de 26 de dezembro de 1969, (Sistema Tributário do Distrito Federal.), CONVOCA os proprietários, promitentes, compradores ou cessionários de imóveis edificados ou não situados em Brasília-DF, a fim de retirarem no Serviço de Cadastro Imobiliario da Divisao de Tributos Imobiliarios, a partir de 1o. de julho de 1969, das 8:00 às 1830: hs, os avisos-recebidos de pagamento do impôsto predial e territôrial urbano referente ao exercício de 1969.

O pagamento do impôsto obedecerá ao seguinte calendário fixados pelo Decreto no... 969 de 15 de abril de 1969:
31/07/69 recebimento com desconto de 20%

1o. a 29/08/69 - recebimento com desconto de 10%.

1o. a 30/09/69 - recebimento sem desconto.

Após o dia 30 de setembro de 1969, o impôsto será acrescido das seguintes penalidades:

1o./10 a 30/10/69 - multa de 5%.
31/10 a 1o./12/69 - multa de 10%.
02/12 a 31/12/69 - multa de 20%.

Após o dia 31 de dezembro de 1969, os débitos serão inscritos em Dívida Ativa, , para cobrança executiva.

As reclamações contra o lançamento deverão ser imterpostas até o dia 30/10/69, não tendo efeito suspensivo com relação aos descontos concedidos ou às multas aplicadas.

Brasília, 18 de junho de 1969.
JOAO LUIZ DE MORAES BARRETO
Divisão de Tributos Imobiliários
-Diretor.-

VISTO

DARIONE NUNES CARDOSO
Departamento da Receita.
-Diretor-

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DA RECEITA.
EDITAL No. 59/69.
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO NAS CIDADES SATELITES DE TAGUATINGA, SOBRADINHO, GAMA E PLANALTINA REFERENTE AO EXERCICIO DE 1969.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE TRIBUTOS IMOBILIARIOS, no uso de suas atribuições, e na forma do que dispoe o art. 25 do Decreto "N" no. 746, de 17 de junho de 1968 (Regimento Interno da Secretaria de Finanças), combinado com os arts. 12 a 17, do Decreto-lei no. 82 de 26 de dezembro de 1966 (Sistema Tributário do Distrito Federal).

CONVOCA os proprietários, promitentes compradores ou cessionários de imóveis edificados ou não, situados nas cidades-satélites de Taguatinga, Sobradinho Gama e Planaltina, a fim de retirarem nas respectivas Coletorias a partir de 1o. de julho de 1969, das 8:00 às 17:00 hs, as guias de pagamento do impôsto predial, e territórial urbano referente ao exercício de 1969.

Os contribuintes, para efeito de inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliario, deverão comparecer ao Pôsto de Arrecadação da cidade satélite onde se situa o imóvel munidos do título de propriedade e carta de "habite-se" se houver.

O pagamento do impôsto obedecerá ao seguinte calendário fixados pelo Decreto no..... 969, de 15 de abril de 1969:

1o. a 31/07/69 - recebimento com desconto de 20%.

1o. a 29/08/69 - recebimento com desconto de 10%.

1o. a 30/09/69 - recebimento sem desconto.

Após o dia 30 de setembro de 1969, o impôsto será acrescido das seguintes penalidades:

1o./10 a 30/10/69 - multa de 5%.
31/10 a 1o./12/69 - multa de 10%.
02/12 a 31/12/69 - multa de 20/.

Após o dia 31 de dezembro de 1969, os débitos serão inscritos em dívida Ativa, para cobrança executiva.
As reclamações contra o lançamento deverão ser interpostos até o dia 30/10/69, não tendo efeito suspensivo com relação aos descontos concedidos ou às multas aplicadas.

Brasília 18 de junho de 1969.

JOAO LUIZ DE MORAES BARRETO.
Divisão de Tributos Imobiliários.
-Diretor.-

VISTO:

DARIONE NUNES CARDOSO
Departamento da Receita.
Diretor.

PREÇO DÊSTE EXEMPLAR NCr$ 0,20